

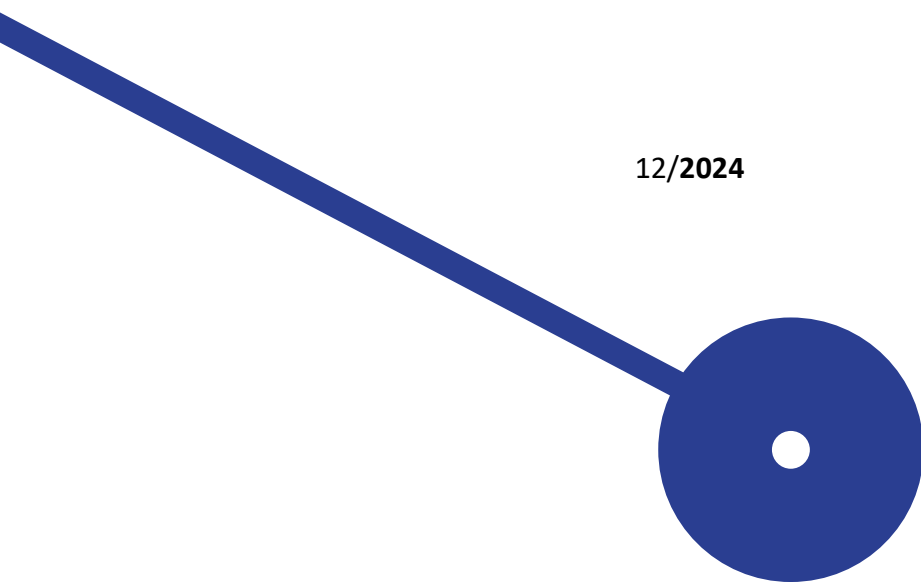
M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos

Universidade Popular do Porto – Entre lutas e resistências pela democracia

Cátia Sofia Ferreira Rocha

12/2024



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Cátia Sofia Ferreira Rocha

**Universidade Popular do Porto – Entre lutas e resistências pela
democracia**

Relatório de Projeto

Mestrado em Educação e Intervenção Social

Orientação: Prof. Doutor Hugo Monteiro

Co-orientadora: Prof. Doutora Maria João Antunes

Porto, dezembro de 2024

“Eduquemos e cultivemos a consciência humana, acordemo-la quando estiver adormecida, demos a cada um a consciência completa de todos os seus direitos e de todos os seus deveres, da sua dignidade, da sua liberdade. Sejamos homens livres, dentro do mais belo e nobre conceito de liberdade (...)”

(Caraça, 1978)

AGRADECIMENTOS

À minha Mãe, ao meu Pai e ao meu Irmão, por me fazerem chegar até aqui e sempre me ampararem.

Ao Francisco, pelo apoio incondicional e por acreditar em mim mais do que ninguém.

Aos meus orientadores, Professor Hugo Monteiro e Professora Maria João Antunes pelo apoio e disponibilidade, e pelo tanto que me têm ensinado.

À Universidade Popular do Porto, a todos os seus membros e participantes, por me terem recebido de portas abertas e terem alimentado todo o meu entusiasmo e curiosidade, em especial ao Sérgio e ao Rui que tão bem me acolheram e acompanharam.

Aos meus amigos e colegas pelo incentivo, pelas reflexões e pelo estímulo.

RESUMO ANALÍTICO

O presente relatório espelha a experiência de co-construção do desenho e desenvolvimento do projeto realizado no âmbito do mestrado, em Educação e Intervenção Social, na especialização de Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos. O projeto desenvolvido na Universidade Popular do Porto (UPP), adotou a metodologia da Investigação-ação participativa. A UPP, associação cultural que atua no âmbito da educação de adultos é uma associação fundada e movida pelos ideais da Revolução do 25 de abril, e é espaço de ação militante e de intervenção comunitária.

O projeto “Universidade Popular do Porto – Entre lutas e resistências pela democracia” foi possível graças à co-identificação de desafios, necessidades, recursos e potencialidades. A metodologia adotada envolveu a observação participante da dinâmica associativa e a escuta ativa das percepções dos vários participantes do contexto. Os principais objetivos do projeto centraram-se na potencialização da participação e comunicação entre os atores sociais, procurando contribuir para a concretização de espaços de autoavaliação pela associação. Consequentemente, o projeto proporcionou um percurso que, de forma gradual, fomentou a reflexão da associação sobre a sua missão e sobre si mesma, promovendo assim um recentramento nas prioridades da sua ação e incentivando a participação ativa dos membros nas dinâmicas associativas.

Palavras-chave: Universidade Popular do Porto; Associativismo; Educação Popular; 25 de abril; Educação Social.

ABSTRACT

This report reflects the experience of co-constructing the design and development of the project carried out as part of the master's degree in "Educação e Intervenção Social", specialising in "Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos". The project, carried out at the "Universidade Popular do Porto" (UPP), adopted the methodology of participatory action research. The UPP, a cultural association working in the field of adult education, was founded and driven by the ideals of the 25 April Revolution and is a space for militant action and community intervention.

The project "Universidade Popular do Porto – Entre lutas e resistências pela democracia" was made possible thanks to the co-identification of challenges, needs, resources and potential. The methodology adopted involved participant observation of the associative dynamics and active listening to the perceptions of the various participants in the context. The project's main objectives are centered on boosting participation and communication between the social actors, seeking to contribute to the realization of spaces for self-evaluation by the association. Consequently, the project provided a path that gradually encouraged the association to reflect on its mission and on itself, thus promoting refocusing on the priorities of its action and encouraging the active participation of members in the associative dynamics.

Keywords: Popular University of Porto; Associativism; Popular Education; 25th April; Social Education.

LISTA DE SIGLAS

CDI – Centro de Documentação e Informação

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

IAP – Investigação-Ação Participativa

ONG – Organização Não Governamental

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

UPP – Universidade Popular do Porto

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO ANALÍTICO.....	IV
ABSTRACT.....	V
LISTA DE SIGLAS.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	5
1.1. EDUCAÇÃO DE ADULTOS E EDUCAÇÃO POPULAR.....	5
1.2. AS UNIVERSIDADES POPULARES.....	10
1.2.1. A UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO E UMA EDUCAÇÃO FREIRIANA.....	14
1.3. A AÇÃO MILITANTE.....	16
1.4. METODOLOGIA IAP.....	19
1.5. O EDUCADOR E INTERVENTOR SOCIAL EM CONTEXTOS ASSOCIATIVOS.....	21
2. ANÁLISE DA REALIDADE: UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO.....	25
2.1. VALORES E PROPÓSITO.....	27
2.2. ATIVIDADE E INSTALAÇÕES.....	31
2.3. OS PARTICIPANTES EM INTERAÇÃO COM O CONTEXTO.....	37
2.4. A INTEGRAÇÃO NO CONTEXTO: PAPEL DE MEDIADORA.....	41
2.5. O DUPLO ESTATUTO DAS ENTREVISTAS.....	43
3. A CAMINHAR PARA A UTOPIA.....	45
3.1. DESENHO DE PROJETO.....	45
3.2. CO-RECONHECIMENTO DAS POTENCIALIDADES E NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO.....	46
3.3. FINALIDADE, OBJETIVOS GERAIS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	50
3.4. AÇÕES, ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS.....	53
3.5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	54
3.5.1. 1ª AÇÃO – O CO-RECONHECIMENTO DA REALIDADE EM QUE ATUAMOS.....	55
TERTÚLIA “CONSTRUINDO O CONHECIMENTO DA REALIDADE”.....	60
3.5.2. 2ª AÇÃO – DA NEGOCIAÇÃO À AÇÃO.....	62

AULA DE LINGUÍSTICA "ECOS DA PALAVRA"	62
EXPOSIÇÃO "45 ANOS, 45 PAINÉIS"	65
4. AVALIAÇÃO	68
CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....	84
ANEXO B – CDI	85
ANEXO C – CONFERÊNCIA "A MÚSICA E A REVOLUÇÃO DE ABRIL"	86
ANEXO D – GUIÃO DE ENTREVISTA.....	87
ANEXO E – SEMINÁRIO "O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E O 25 DE ABRIL"	88
ANEXO F – CURSO SOBRE A CRISE ALIMENTAR.....	89
ANEXO G – REGISTO FOTOGRÁFICO "ECOS DA PALAVRA"	90
ANEXO H – DIVULGAÇÃO E REGISTOS FOTOGRÁFICOS "45 ANOS, 45 PAINÉIS"	91
ANEXO I – SEMINÁRIO "SABERES, EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA"	95

INTRODUÇÃO

A educação de adultos e a educação popular são conceitos que, embora tenham emergido em contextos históricos e sociais distintos, partilham objetivos e práticas comuns. A educação de adultos evoluiu ao longo do tempo, adaptando-se às necessidades de uma sociedade em constante mudança. O reconhecimento de que a educação não se limita a contextos formais, mas abrange práticas informais e não formais, é um princípio fundamental que guia a ação da Universidade Popular do Porto (UPP).

Em Portugal, a educação popular ganhou especial relevância após a Revolução dos Cravos, uma vez que diversos movimentos associativos e iniciativas voltadas para a educação de adultos surgiram como resposta às necessidades de uma população frequentemente excluída do acesso à educação formal. A UPP, como uma das instituições que emergiram desse contexto, promove a formação cívica e a consciência crítica, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática e participativa.

O associativismo, por sua vez, desempenha um papel crucial na coesão social e na cidadania democrática. As associações, como a UPP, possibilitam o debate coletivo e a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para o fortalecimento da democracia. Através das suas ações, a UPP reafirma a importância da educação como um direito universal e uma ferramenta essencial para a transformação social, promovendo um espaço de diálogo e de troca entre diferentes gerações, contextos e saberes.

A Universidade Popular do Porto, fundada em 1979, é um espaço emblemático de educação popular e intervenção social, enraizado nos ideais da Revolução dos Cravos de 1974. Este local de aprendizagem e de cultura é, antes de mais, um reflexo do desejo de democratização do conhecimento e da promoção do associativismo, onde se procura a inclusão social e a formação cívica de cidadãos críticos e participativos. A UPP, surgindo num contexto histórico em que a educação e a cultura se tornaram instrumentos fundamentais para a emancipação das classes trabalhadoras, possui um revelante papel na formação de cidadãos conscientes e ativos na vida social e política do país, refletindo a luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

A concepção e desenvolvimento do projeto “Universidade Popular do Porto – Entre lutas e resistências pela democracia” foi possível graças à identificação e análise de desafios e necessidades, recursos e potencialidades do contexto em causa. A metodologia de Investigação-Ação Participativa (IAP) adotada neste projeto permitiu uma escuta ativa e uma observação participante das dinâmicas contextuais, promovendo uma reflexão crítica sobre a missão da associação e o papel dos seus membros, e privilegiando a participação ativa dos indivíduos na construção do seu próprio saber e na transformação da sua realidade. Este projeto procurou, durante todo o seu desenvolvimento, valorizar as experiências e as vozes dos indivíduos, promovendo a construção de conhecimento a partir das vontades e necessidades do contexto, tendo em consideração os desafios que este enfrenta. A IAP é particularmente adequada para o desenvolvimento de projeto na Universidade Popular do Porto, onde o envolvimento e a participação dos membros são fundamentais para o sucesso das suas iniciativas e na qual todos os participantes são considerados coautores do processo de mudança.

Os principais objetivos do projeto centraram-se na democratização da participação e no aumento do fluxo comunicacional, aspetos fundamentais para o verdadeiro associativismo. Através de uma abordagem colaborativa, o projeto promoveu um percurso que fomentou a reflexão sobre a identidade da UPP, as suas prioridades e a importância da participação ativa dos membros nas dinâmicas associativas. Este relatório, portanto, não se limita a apresentar os resultados da investigação e documentar a experiência de desenvolvimento do projeto, mas também contribuir para o fortalecimento da UPP como um espaço de educação popular e de resistência democrática e refletir sobre as aprendizagens que emergiram desse processo. A análise crítica das dinâmicas associativas, das interações entre os participantes e da construção coletiva de saberes será fundamental para o futuro da UPP e o seu impacto na sociedade. Ao longo deste trabalho, serão explorados os desafios e as oportunidades enfrentadas pela associação, indagando caminhos para a sua consolidação como um espaço de educação popular e de resistência democrática.

Neste sentido, o projeto “Universidade Popular do Porto – Entre lutas e resistências pela democracia” trespassou os objetivos académicos que lhe deram origem, um compromisso com a transformação social, a inclusão e a promoção da cidadania ativa. Através da reflexão crítica

sobre a prática associativa e a educação popular, espera-se contribuir para o fortalecimento da UPP e o seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Para levar a cabo a investigação, com vista a um conhecimento mais fundo das dinâmicas da associação, mobilizaram-se duas importantes estratégias, que se configuraram na observação direta e participante de toda a ação, e nas conversas que fui estabelecendo com os vários intervenientes. Embora se enalteçam os propósitos em que se baseiam a associação, pôde perceber-se diversos desafios que afetam a sua dinâmica e se exploram neste relatório. O presente relatório divide-se em quatro partes.

A primeira parte foca o enquadramento teórico e metodológico sustentador do projeto. Este ponto incide sobre várias temáticas que visam sustentar a realização do projeto. Estas passam pela visão socio-histórica da educação de adultos e educação popular, das universidades populares, fazendo ponte com o caso concreto da Universidade Popular do Porto, incidindo numa visão de educação freiriana muito presente na ação da UPP. De seguida, foi realizada uma análise teórica de ação militante e seus pressupostos, analisando a presença desta naquilo que é o projeto da UPP. Posteriormente, seguem-se dois pontos que incidem na explicação da metodologia IAP, através da qual o desenvolvimento do projeto foi realizado, e no estudo do papel do educador e interventor social em contextos associativos.

A segunda parte debruça-se sobre a análise da realidade, estando dividida em cinco pontos. Após uma explicação acerca da execução da análise da realidade, respetivos métodos e postura a adotar mergulhamos sobre o universo da Universidade Popular do Porto, passando pela explicação dos seus valores e propósito, as atividades e as instalações da associação e uma descrição e perspetiva sobre os participantes e o contexto. nesta segunda parte explico também o desenrolar da minha integração no contexto e o papel que fui adotando como mediadora. Por fim, é realizado um esclarecimento acerca do duplo estatuto que as entrevistas adquiriram, tanto na análise da realidade, como no desenvolver concreto do projeto.

A terceira parte contempla o desenho e desenvolvimento do projeto “Universidade Popular do Porto – Entre lutas e resistências pela democracia”. Neste, para além do desenho do projeto, a sua finalidade e objetivos co-construídos tendo como intenção uma caminhada conjunta para a

utopia, foram desenvolvidas e analisadas as ações e atividades realizadas, tendo sempre em consideração as potencialidades e necessidades co-reconhecidas pela associação.

A quarta parte finaliza com uma visão avaliativa sobre o projeto, como uma exposição dos objetivos atingidos e daqueles que ficaram por atingir, mas que continuarão a ser navegados e trabalhados. Por fim, tem lugar a conclusão do projeto co-construído e co-desenvolvido com a Universidade Popular do Porto.

Através da conjugação de teorias, práticas e experiências vividas, este relatório apresenta uma análise abrangente e reflexiva sobre a UPP, as suas dinâmicas internas e o impacto do seu trabalho na comunidade. Espera-se que este estudo contribua não apenas para continuidade da ação da UPP, mas também o fortalecimento de outros projetos de educação popular e intervenção social que visem promover a inclusão, a cidadania e a democracia.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1. EDUCAÇÃO DE ADULTOS E EDUCAÇÃO POPULAR

Considero ser fundamental contextualizar a expressão “educação de adultos” para, posteriormente, abordar a educação popular, uma vez que, apesar de emergirem em contextos históricos e sociais distintos, partilham muitos objetivos e trilham diversas orientações comuns. Para falarmos em educação de adultos devemos sempre ter em consideração as exigências da modernidade, concretamente entre os séculos XVI e XVIII, no grande impacto que teve na evolução e transformações em várias esferas humanas, sejam elas religiosas, como políticas, tecnológicas, económicas ou sociais. A educação, circunscrita ou não a uma forma escolar, foi uma dessas esferas de transformação. A escola como a conhecemos hoje é uma construção típica da modernidade e faz parte de alterações mais vastas, sendo nesta época que ocorrem mudanças significativas no sentido da generalização da instrução, que obrigaram a sociedade a encarar tudo de modo diverso. Isto vem influenciar a organização do dia-a-dia das pessoas, as suas deslocações, os tempos livres, o tempo e o espaço enquanto elementos geríveis das sociedades. Assim, o espaço e o tempo passam a ser os eixos coordenadores das organizações de pensamento – e a forma escolar passa a ser caracterizada pelo modo mais racional de pensar estes eixos. Institui-se a ideia de que existe um tempo e um espaço para aprender e para educar.

Historicamente, a educação de adultos evoluiu através e entre diferentes períodos e abordagens, refletindo mudanças sociais, económicas e culturais ao longo do tempo, sendo no século XIX que a concetualização desta emerge, associada a dois processos: a formação dos sistemas escolares, inicialmente direcionados apenas para crianças; e o desenvolvimento dos movimentos sociais (Ávila e Aníbal, 2019). De acordo com Santos Silva (1990), foi no século XIX que a educação de adultos começou a ser reconhecida como relevante, inserida no processo de formação de sistemas escolares nacionais e no desenvolvimento de movimentos sociais abrangentes. Um dos pilares fundamentais desse fenómeno foram as iniciativas de carácter popular, não estatais, que incluíam ligas, associações, igrejas e sindicatos, com variadas orientações políticas e ideológicas. Essas iniciativas surgiram como resposta à pressão pela universalização da educação básica, à luta pelo poder social e à necessidade de promover a socialização moral e cívica dos seus

associados. A Educação de Adultos, na sua essência, revelou preocupações emancipatórias, sendo que, a partir da segunda metade do século XIX, as organizações operárias e os seus ativistas associaram diretamente educação e emancipação. A formação de Universidades Populares em diversos países pode ser enquadrada nesse contexto (Medina, 2008).

Com o avanço da Revolução Industrial, as sociedades começaram a perceber a necessidade de uma mão-de-obra mais qualificada e informada. A educação de adultos em Portugal, assim como em muitos outros contextos globais, surge como uma resposta a múltiplas necessidades sociais, económicas e culturais, podendo ser contextualizada em dois planos de desenvolvimento interligados: um ligado às exigências do desenvolvimento industrial capitalista e o outro à autoemancipação das classes trabalhadoras, apoiada pelo associativismo. Embora o processo industrial tenha avançado a um ritmo diferente do resto da Europa, em Portugal a transição de uma economia maioritariamente agrícola para uma economia industrial começou a ser visível. Esta transição exigia uma educação que não se limitasse à infância, mas que tivesse também um enfoque no desenvolvimento contínuo dos adultos, que precisavam de adaptar-se a novas tecnologias e modos de produção.

A educação de adultos, neste contexto, foi promovida por políticas estatais que visavam aumentar a produtividade e a eficiência do trabalho. Foram criados centros de formação e alfabetização que visavam preparar os trabalhadores para os novos desafios da industrialização. Esta abordagem estava frequentemente alinhada com a lógica capitalista, onde a educação era vista como uma ferramenta para maximizar a produção e a competitividade das empresas. O investimento em educação profissional, portanto, tornou-se um aspeto crucial para alavancar a economia e responder às necessidades do mercado de trabalho.

Por outro lado, a educação de adultos também foi um espaço privilegiado para a autoemancipação das classes trabalhadoras. A partir do final do século XIX e ao longo do século XX, surgiu em Portugal (e noutros países) um forte movimento associativo, sendo este um período de notável crescimento da educação popular. As classes trabalhadoras começaram a organizar-se em associações, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais, reconhecendo a importância da educação como um instrumento de luta pelos seus direitos. Este momento destacou-se pela diversidade de iniciativas e pela variedade, quando não pela oposição ideológica dos seus

responsáveis: surgiram cursos noturnos e escolas móveis, promovidos por associações de diferentes tendências, por estudantes ou por autoridades políticas, incluindo círculos católicos operários (Medina, 2008). Deste modo, com o surgimento de movimentos de reforma social e educacional no final do século XIX e início do século XX, a sociedade começou a depositar crescente relevância na educação e na cultura, como elementos fundamentais na formação de indivíduos conscientes e participativos, abrindo espaço a preocupações relativas à educação popular.

Por conseguinte, neste período, as iniciativas voltadas para a educação popular começaram a desenvolver-se paralelamente ao fortalecimento do associativismo. Durante o período da Monarquia e, posteriormente, durante a Primeira República, várias associações culturais, recreativas e de trabalhadores surgiram, promovendo a educação e a formação dos seus membros. A educação popular, neste contexto, era vista como uma forma de capacitar os indivíduos e as comunidades para que pudessem reivindicar direitos e participar ativamente na vida social e política do país, sendo assim criadas as universidades livres ou universidades populares, que eram instituições vocacionadas para essa área. As mais conhecidas foram as Universidades fundadas pela Renascença Portuguesa, a partir de 1912, e a Universidade Popular Portuguesa, criada em Lisboa em 1919 (Pintassilgo, 2011).

O associativismo é um meio de coesão social e de cidadania democrática. Ele fortalece e concretiza o combate à exclusão social, frequentemente relacionada “a problemas de língua, cultura, religião, alimentação, política e do passado” (Santos, 2011, p.22). Assume-se, frequentemente, como meio descentralizador da tomada de decisões, dado que possibilita e incentiva o debate coletivo de opiniões a par do desenvolvimento de “funções de capital importância ao nível do exercício da democracia” (Coelho, 2008, p.6), em concreto no que concerne “à imposição de limites da influência do Estado e de promoção da participação cívica” (Coelho, 2008, p.6).

As associações permitem que todos os cidadãos exerçam uma “ação pública e política” (Carvalho, 2015, p.8). Posto isto, nos anos 60 e 70, o associativismo e a educação popular tornaram-se ferramentas importantes na luta contra a ditadura do Estado Novo, sendo perceptível que o associativismo se revela essencial na formação, educação e emancipação do indivíduo

levando a uma participação cívica mais consciente e democrática, pelo que “a pertença a uma associação (...) conduz a uma cidadania mais competente” (Viegas e Santos, 2010, p.160).

O movimento associativo e popular promoveu uma multiplicidade de atividades na educação de adultos, como a criação de bibliotecas, grupos de teatro, alfabetização, cursos livres, círculos de estudo, conferências e palestras, com o propósito de elevar o nível cultural dos trabalhadores. Dependendo dos seus promotores, esses eventos também visavam a disseminação de ideias republicanas, socialistas ou anarquistas. As primeiras Universidades Livres e Universidades Populares começaram a surgir, principalmente sob a influência de sectores anarco-sindicalistas e do movimento da Renascença Portuguesa, tendo como meta a “vulgarização cultural”. Com a proclamação da República, observou-se um crescimento significativo das organizações operárias e da atividade sindical, que passaram a ter um papel relevante na vida cultural, social e política do país (Medina, 2008).

Neste plano, a educação era entendida não apenas como uma ferramenta de adaptação ao sistema capitalista, mas como um meio de conscientização e de desenvolvimento crítico. Influenciados por pensadores como Paulo Freire, os movimentos de educação popular promoviam a ideia de que a aprendizagem deveria ser um processo ativo e reflexivo, permitindo aos indivíduos compreenderem as suas condições sociais e encontrarem formas de transformá-las. As escolas de ensino popular e os movimentos de alfabetização eram frequentemente organizados por estas associações, que visavam não apenas educar, mas também empoderar os trabalhadores e permitir-lhes reivindicar os seus direitos. A educação decorrente desse associativismo tinha como objetivo fomentar uma consciência de classe e promover a solidariedade entre os trabalhadores, reforçando assim as suas lutas por melhores condições laborais, direitos sociais e justiça económica.

Assim, a educação de adultos em Portugal pode ser vista como um fenómeno complexo, que evoluiu em relação ou em resposta a diferentes necessidades sociais: por um lado, ao serviço das demandas do desenvolvimento industrial capitalista; por outro lado, como uma forma de autoemancipação das classes trabalhadoras através do associativismo. Esta dualidade permanece relevante na contemporaneidade, onde a educação de adultos continua a ter um papel

fundamental na formação de indivíduos críticos e preparados, tanto para o mercado laboral como para a participação ativa na sociedade.

Atualmente, a educação de adultos é um vasto e diversificado campo que abrange uma variedade de instituições e contextos de aprendizagem, englobando “todos os tipos de estruturas formais, não formais e informais e ao mesmo tempo, remete para múltiplas e diferentes experiências de aprendizagem que se integram nos cenários da vida quotidiana” (Guedes & Loureiro, 2016, p.9). Desta forma, esta não está restringida ao que é ensinado nas salas de aula. Pelo contrário, a educação de adultos ganha forma nas mais variadas experiências e contextos, sendo que estes enriquecem o processo de aprendizagem, realçando a importância de uma abordagem holística e inclusiva, que valorize tanto os saberes formais quanto os informais.

Em Portugal, durante o século XX, especialmente nos períodos de grande turbulência política e social, como a 1ª República (1910-1926) e após a Revolução dos Cravos, em 1974, surgiram diversos movimentos e iniciativas voltados para a educação de adultos, uma vez que,

a crença de raiz positivista no papel decisivo da educação e da cultura como fonte de progresso e regeneração social, o investimento político republicano, considerado inseparável do combate contra o analfabetismo, e o labor cultural de pendor iluminista da maçonaria foram algumas das condições que favoreceram a afirmação de um discurso que colocava o povo e a sua educação no centro do debate político e social. (Pintassilgo J., 2011, p. 1).

Esses movimentos procuraram responder às necessidades de uma população frequentemente reprimida e excluída do acesso à educação formal. As escolas para adultos, movimentos associativos e cooperativas promoveram formas alternativas de educação que não apenas transmissões de conhecimentos formais, mas que também enfatizavam a formação cívica, a consciência crítica e a autonomia dos indivíduos. Esses esforços ajudaram a fomentar um ambiente em que a educação popular pudesse florescer, contribuindo para a emancipação e a participação ativa dos cidadãos na sociedade. Foi neste contexto que a educação e a cultura se manifestaram como parte fundamental da formação e construção de um cidadão consciente e

participativo, e também da construção de uma nova sociedade, surgindo a crença de que não poderia haver espaço para ignorância e preconceitos.

Após a Revolução dos Cravos em 1974, que derrubou o regime autoritário, o associativismo e a educação popular continuaram a desempenhar um papel fundamental na construção da democracia, com várias organizações a promoverem a inclusão social, a cidadania ativa e a defesa dos direitos humanos. Os efeitos democráticos do associativismo verificam-se em três esferas distintas, mas que acabam por se complementar: a) efeitos a nível individual, resultantes do “aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral” (Viegas, 2004, p. 37); b) efeitos ao nível da esfera pública, como consequência da “representação de interesses de grupos específicos” e da “contribuição para a comunicação pública e para a deliberação política” (Viegas, 2004, p. 37); c) efeitos institucionais, na sequência de “representação de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de acções colectivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas” (Viegas, 2004, p. 37).

1.2. AS UNIVERSIDADES POPULARES

O novo regime republicano, instaurado em 1910, fez-se acompanhar pela crença nas suas virtualidades regeneradoras. Contudo, para um conjunto de intelectuais do período, a mudança política não era suficiente, tornando-se urgente incentivar o progresso por via da educação e da cultura, para contribuir para a promoção cívica do povo (Pintassilgo, 1998). Foi assim criado, em 1911, o mais importante movimento cultural da época, a Renascença Portuguesa, que teve como missão a tarefa de elaborar e difundir a cultura considerada imprescindível para a desejada regeneração social. Fizeram parte da Renascença Portuguesa intelectuais como Jaime Cortesão, António Sérgio, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Raúl Proença, entre muitas outras personalidades relevantes (Pintassilgo J., 2011).

Foi neste contexto de regeneração social que as universidades populares surgiram, como resposta à necessidade de democratizar o acesso à educação e promover a cultura entre as camadas mais desfavorecidas da população. Estas instituições eram consideradas espaços de

aprendizagem não-formal, onde se procurava proporcionar formação cívica, cultural e técnica, distantes do elitismo das universidades tradicionais. O impacto das universidades populares e da obra de Bento de Jesus Caraça em Portugal foi significativo, não apenas nos anos em que a sua influência estava em auge, mas também nas décadas seguintes.

Caraça foi um dos principais impulsionadores desse movimento, acreditando que uma educação acessível poderia desempenhar um papel central na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A ideia era criar ambientes de ensino que fossem inclusivos e que respeitassem a diversidade dos estudantes, promovendo aprendizagens baseadas na experiência de vida e nas necessidades locais. Bento de Jesus Caraça foi uma figura proeminente da história da educação em Portugal, é frequentemente lembrado pelo seu papel fundamental na criação e promoção das universidades populares. Caraça destacou-se não apenas como pedagogo, mas também como político e intelectual, sendo uma voz ativa no movimento de renovação educativa durante a primeira metade do século XX. Este viu na educação uma ferramenta essencial para a emancipação das classes trabalhadoras (Caraça, 1978).

A atividade das associações populares durante a época do Estado Novo desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da consciência social e política de resistência ao regime. Estas associações, apesar das severas limitações e da vigilância imposta, aprenderam a contornar as dificuldades, atuando num contexto marcado por profundas desigualdades sociais e um regime que não favorecia a educação. Entre as diversas organizações, destacam-se o cineclube do Porto, o grupo de teatro «Os Modestos», o Teatro Experimental do Porto, a Cooperativa Árvore, a UNICEPE (Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto CRL) e o Clube de Campismo do Porto. Estas instituições não apenas ofereceram acesso a peças de teatro, filmes, livros, debates e sessões de convívio, mas também contribuíram significativamente para o fortalecimento da luta contra o fascismo (Moreira, 2020).

Ao longo do tempo, estas associações foram verdadeiras "universidades do povo", ensinando os seus membros a participar, organizar e liderar iniciativas diversas. É de destacar que, através de suas atividades, essas organizações surgiram como referências para muitos que se empenhavam ativamente na luta contra a opressão, mesmo desafiando a censura e a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Assim, podemos concluir que, apesar de operarem num ambiente

antidemocrático, estas associações foram populares, democráticas e educativas, promovendo um espaço de resistência e aprendizagem. O impacto dessas ações seria o "fermento" que impulsionou um novo ciclo de associativismo popular após a Revolução de abril de 1974, sublinhando a enorme importância social, política, cultural e educativa que tiveram (Moreira, 2020).

A partir da segunda metade do século XX, após a revolução de abril em 1974, as associações cívicas e os movimentos sociais em Portugal vivenciaram um período de grande efervescência, impulsionados pela democratização e pela necessidade de reconstrução social, política e económica,

particularmente entre 1974-76, desenvolveu-se uma dinâmica popular em torno da educação e da cultura que transformou significativamente o quadro e as modalidades em que essas atividades até aí decorriam. Surgiram novas estruturas e novos atores que puseram em marcha projetos e programas dirigidos às camadas populares menos escolarizadas ou analfabetas ((Moreira, 2020, p. 62)

Contudo, várias circunstâncias, como a crise económica, que levou ao corte de financiamentos públicos, ao desinteresse político, e à quebra do movimento associativo, contribuíram para um certo desencantamento e refluxo do movimento associativo nos anos após a revolução.

No entanto, apesar deste refluxo, o movimento associativo em Portugal não desapareceu. A Universidade Popular do Porto é um dos exemplos de associações que surgiram neste período, tal como é analisado no artigo "A avaliação da Universidade Popular do Porto: pistas para a biografia institucional de um associativismo militante":

É com inspiração nestes ideais e com base no pensamento de Caraça e de outras eminentes figuras da vida cultural e política do início do século XX que, após o 25 de Abril, é criada a Universidade Popular do Porto. A repentina alteração política, provocada pela Revolução de Abril, que possibilita que o país se democratize, descolonize e desenvolva, inaugura um período de vivência revolucionária, de forte participação popular e esmaecimento de modos

de funcionamento fortemente hierarquizados e controlados que haviam sido vividos até então. (Pacheco et al, 2004, p.44)

A UPP foi criada a 25 de junho de 1979 por António Macedo Varela, Armando Alves, Armando Castro, Cassiano Abreu e Lima, Emílio Peres, Fernanda Dantas, José Morgado, Luís Oliveira Dias, Manuel Almeida Matos, Óscar Lopes, Ruy Luís Gomes e Vítor Ranita, grupo de conceituados intelectuais, artistas, académicos, operários e dirigentes do Porto. Contudo a história do seu campo referencial remonta ao século XVIII, quando começaram a nascer na Europa as universidades livres e populares, que eram associações dedicadas à educação popular e à divulgação de saberes, ideia que predomina ainda hoje na UPP.

As universidades populares contribuíram para um conhecimento crítico nas comunidades, influenciando o acesso à educação em várias camadas da sociedade. O legado de Caraça é visível na valorização da educação como um direito fundamental e na incessante busca pela inclusão educacional, princípios que ainda hoje guiam muitos movimentos sociais e educativos em Portugal. As ideias de Bento Jesus Caraça em torno da educação popular reverberaram em diversas iniciativas educacionais que surgiram em Portugal, especialmente após o 25 de abril de 1974, quando o país procurava reconstruir a sua estrutura social e educativa.

Na sua obra, Bento de Jesus Caraça destacou a importância do currículo, que deveria ser flexível e adaptado às necessidades dos alunos. Defendia uma educação que fosse contextualizada na realidade dos estudantes, promovendo temas que fossem relevantes para as suas vivências diárias. Em segundo lugar, a metodologia de ensino para Caraça deveria ser centrada no aluno, deste modo os educadores deveriam atuar como facilitadores da aprendizagem, estimulando a participação ativa dos estudantes e a troca de saberes. Este enfoque visionário antecipou práticas pedagógicas que viriam a ser valorizadas em décadas posteriores, como a educação participativa e colaborativa. Além disso, Caraça tinha uma forte convicção de que a educação não se limitava a conteúdos curriculares devendo abranger também a formação da cidadania (Caraça, 1978).

Atualmente são muitas as associações e coletivos que se dedicam à democratização de saberes não descurando o seu passado. Pelo contrário, atuam lembrando e homenageando a sua origem e desenvolvimento, que ocorreram em momentos de transformação político-social de relevância,

sendo estes associados, como mencionado anteriormente, aos impulsos liberais da República, à relação com o movimento operário e popular, assim como à Revolução de Abril. Estas associações são herdeiras e sobreviventes de momentos cruciais de transformação da sociedade portuguesa, existindo e proliferando entre revoluções, tanto na sua implementação como na sua interpretação.

Bento de Jesus Caraça foi um defensor inabalável da educação popular e um dos principais precursores das universidades populares em Portugal. Além de desafiar o *statu quo* educacional da época, lançou também as bases para uma educação inclusiva e emancipatória. O seu legado permanece atual, realçando a importância da educação como um direito universal e uma ferramenta essencial para a transformação social. As universidades populares, inspiradas pelo seu pensamento, continuam a ser uma resposta relevante às desigualdades sociais, confirmando a visão de Caraça de que a educação é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

1.2.1. A UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO E UMA EDUCAÇÃO FREIRIANA

A educação popular tem as suas raízes no Brasil, num contexto histórico marcado por profundas desigualdades sociais e económicas. Na década de 60, o movimento da educação popular começou a ganhar forma e visibilidade, especialmente em resposta a um cenário de exclusão e marginalização de grandes segmentos da população. A era foi marcada por uma intensa luta por direitos civis e sociais, bem como por uma forte resistência à Ditadura Militar que se instaurou em 1964. Este ambiente de agitação social e política levou à procura por novas formas de educação que fossem mais inclusivas e que respondessem às necessidades e realidades dos grupos populares (Amorim et al, 2023).

Um dos principais nomes associados ao desenvolvimento da educação popular nesse período foi Paulo Freire, cuja obra "Pedagogia do Oprimido", publicada em 1968, se tornou um marco fundamental. Freire defendia uma abordagem educacional que incentivasse a conscientização crítica dos indivíduos sobre a sua realidade e a potencialidade de transformação dessa realidade

através da educação. Para ele, a educação deveria ser vista como um ato de liberdade e não como um instrumento de opressão. A educação popular também se articulava com outras áreas, como a saúde, a cultura e a política, promovendo uma visão holística e integrada do desenvolvimento social. O objetivo era não apenas fornecer conhecimento, mas empoderar as comunidades para que elas pudessem lutar pelos seus direitos e transformar suas realidades, sendo “Uma educação para a qual a pessoa que se educa está destinada a conviver e a ser a partir do que estará sempre adquirindo e reconstruindo em si mesma com-e-atraves de seus outros, em e entre comunidades aprendentes” (Brandão e Assumpção, 2009, p.83).

A Universidade Popular do Porto (UPP) representa um espaço educativo que, em muitos aspectos, ecoa as ideias de Paulo Freire sobre Educação Popular. Fundada com o intuito de democratizar o conhecimento e promover a inclusão social, a UPP alinha-se com a visão freiriana de que a educação deve ser um ato de liberdade, um processo de conscientização e uma ferramenta de transformação social.

Freire defendia que a educação não é meramente a transferência de conhecimentos, mas sim um diálogo crítico entre educadores e educandos. A sua abordagem centrava-se na ideia de que a educação deve ser um meio para libertar os indivíduos da opressão, capacitando-os a entender e alterar a sua realidade. Esta conceção de educação popular destaca os saberes das comunidades, valorizando a experiência e o conhecimento que cada indivíduo possui. O seu modelo pedagógico enfatiza a importância da conscientização, um processo pelo qual os indivíduos se tornam críticos e reflexivos sobre as suas circunstâncias e contexto social.

Na UPP, a proposta educativa é, portanto, uma resposta à necessidade de valorizar o conhecimento popular. Através de cursos, conferências e debates, esta abordagem procura desconstruir a hierarquia estabelecida entre o conhecimento “institucionalizado”, considerado “de elite”, e o saber proveniente das vivências das pessoas. A educação popular, como defendida por Freire, considera a cultura e os saberes locais como fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. Este movimento é crucial para fomentar uma sociedade crítica, onde os indivíduos se tornam protagonistas da sua própria formação.

Além disso, a UPP serve como uma plataforma para a promoção da educação ao longo da vida, um princípio que Freire cultivou ao enfatizar que a aprendizagem deve ocorrer em todas as fases da vida, sendo crucial para o desenvolvimento pessoal e comunitário. Neste sentido, a UPP contrasta com a visão tradicional de ambientes educativos rigidamente estruturados, sublinhando a importância da flexibilidade e da adaptação às necessidades dos participantes. Outro aspecto crucial é o envolvimento da comunidade na definição dos conteúdos e metodologias a serem utilizados. Freire acreditava que a educação deveria ser relevante para os contextos dos educandos, uma ideia que está presente nos projetos da UPP, que procura responder às necessidades e desafios dos participantes e dos contextos externos através de uma abordagem participativa e colaborativa. Assim, este espaço associativo é um exemplo de como a educação pode ser – e deve ser – um instrumento de transformação social, que valorize as vozes e experiências da população, em contraste com uma concepção elitista do saber.

A oposição entre conhecimento de elite e conhecimento popular é particularmente relevante nos dias de hoje, onde se observa uma crescente valorização das competências e saberes práticos que nascem das lutas e desafios enfrentados por grupos marginalizados. A UPP procura capacitar todos os que por ela passam, oferecendo-lhes um espaço para a expressão das suas vivências e a construção de um saber que contrabalança a narrativa hegemônica das instituições educacionais tradicionais. Essa luta pela valorização do saber popular é um dos legados mais significativos de Freire, que acreditava que a educação deve ser uma ferramenta de emancipação e transformação social.

1.3. A AÇÃO MILITANTE

A ação coletiva nas sociedades contemporâneas assume diversas modalidades, sendo, por isso, multidimensional. Para que se concretize, enquanto consagração do exercício de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, um conjunto alargado de constrangimentos socioestruturais configura uma ação coletiva fractal e desigual (Nunes et al, 2016). Para alcançar uma maior igualdade e justiça social torna-se relevante pensar em estratégias de capacitação para a ação coletiva dado que os direitos de cidadania não são exercidos de igual forma por todos os indivíduos nas sociedades contemporâneas.

O conceito de “habitus”, formulado e desenvolvido por Pierre Bourdieu, enquanto conjunto de disposições dos indivíduos e “estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas” (Bourdieu, 2007, p.196) tem sido criativamente explorado por autores como Crossley (2003), em moldes que nos interessam. A concepção de habitus incentiva o estudo dos movimentos sociais, assim como da representação política, como um esforço coletivo de indivíduos com diferentes estratégias e intenções. Estes indivíduos, como construtores ativos de protestos e movimentos sociais, integram esquemas de percepção social, recursos e modos de agir provenientes da sua inserção no mundo social. Cada um traz consigo histórias pessoais que, embora únicas, se entrelaçam com narrativas coletivas mais amplas.

Crossley (2003) introduz o conceito de “habitus militante”, que, ao integrar a biografia individual na estrutura social, incorpora objetivamente os processos históricos e as formas de ação coletiva, enquanto subjetivamente reflete os eventos vividos. O autor destaca a importância do habitus militante para demonstrar a influência não apenas dos constrangimentos estruturais e da posição social, mas também dos efeitos socializadores que a ação coletiva exerce sobre os indivíduos. Deste modo, permite-se entender como a ação coletiva pode enraizar-se nos padrões culturais e modos de vida, influenciando a forma como os indivíduos percebem e atuam no seu mundo social.

A ação militante refere-se assim a uma forma de ativismo em que indivíduos ou grupos se envolvem ativamente na promoção de causas sociais, políticas ou ambientais, procurando provocar mudanças significativas na sociedade. Esta ação pode incluir uma ampla série de atividades, como protestos, manifestações, campanhas de sensibilização, organização comunitária, entre outras formas de mobilização.

O conceito de ação militante é frequentemente associado a iniciativas que visam desafiar estruturas de poder, combater injustiças sociais, defender direitos humanos, promover a equidade e a inclusão, ou ainda fomentar mudanças legislativas e políticas. A ação militante é caracterizada por uma abordagem proativa e persistente, procurando não apenas conscientizar, mas também mobilizar pessoas para a ação coletiva em torno de uma causa comum. Militantes podem ser indivíduos ou membros de organizações, como Organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais, sindicatos ou associações comunitárias. A ação militante pode

também envolver a construção de redes de solidariedade e a articulação de esforços em diferentes esferas sociais e políticas, visando criar um impacto duradouro.

No geral, a ação militante destaca-se pelo comprometimento e pela dedicação à luta por uma causa, enfatizando a importância da participação cidadã e da participação em processos de transformação social. Esta gera benefícios tanto para os indivíduos como também para a sociedade, permitindo às pessoas moldar o processo que impacta as suas vidas, bem como alcançar metas coletivas, que seriam inalcançáveis sem a atuação de uma organização (Pereira et al, 2016, p.271). Ao considerar a ação coletiva, é crucial adotar uma concepção que unifique as diversas dimensões teóricas e analíticas, integrando as experiências individuais e coletivas dentro dos contextos de interação social. Os fenómenos da ação coletiva, nas sociedades contemporâneas, expressam-se em níveis macro, meso e micro sociais. A partir do nível micro, a escala individual é um componente fundamental dos restantes níveis teórico-analíticos que constituem o nosso entendimento sobre a ação coletiva (Nunes, 2013).

O habitus militante na UPP manifesta-se na construção de uma identidade coletiva entre os participantes e mediadores, muitas vezes intitulados de “professores”, que partilham objetivos comuns, tal como a democratização do conhecimento. As metodologias utilizadas na UPP, que incentivam a participação e a reflexão crítica, contribuem também para a formação de um habitus militante, uma vez que os participantes dos cursos e das restantes atividades não são apenas recetores de conhecimento, mas agentes ativos na construção do saber, o que reforça o seu papel social e político.

Valores como a solidariedade, o respeito pela diversidade e a crítica construtiva são centrais tanto no habitus militante quanto no espírito da UPP. Estes são cultivados e reforçados através das atividades e discussões realizadas na associação, criando um espaço onde a militância se torna uma prática constante. A UPP visa não apenas educar, mas também fomentar uma transformação social real, alinhando-se com a visão do habitus militante acerca da mobilização de conhecimentos para o exercício cívico e social pleno. A UPP funciona como uma rede de apoio para que o habitus militante se desenvolva de forma colaborativa. Podemos afirmar que o habitus militante e o espírito da Universidade Popular do Porto estão interligados e reforçam-se

mutuamente, promovendo uma participação e uma aprendizagem que pretende contribuir efetivamente para a transformação da sociedade (Crossley, 2003).

1.4. METODOLOGIA IAP

A Investigação-ação participativa (IAP) concebe todos os sujeitos como aptos para produzir conhecimentos proveitosos e necessários para a reorganização das suas próprias vidas e comunidades, uma vez que as realidades experienciadas pelo próprio indivíduo são consideradas o melhor ponto de partida para uma aprendizagem e reflexão crítica. Consequentemente, esta participação na análise e tomada de decisões vai favorecer a responsabilidade e o empenho dos indivíduos na concretização dos objetivos pretendidos. Deste modo, é evidente que a IAP surge com uma perspetiva e visão diferentes do tradicional, estabelecendo distintas formas de relação teórica e entendimentos sobre fenómenos e situações. Ademais, os protagonistas da produção de conhecimento apresentam-se melhor habilitados por estarem afetiva e racionalmente implicados nas realidades e situações sobre as quais se pretende agir para transformar (Lima, 2003).

O uso da metodologia de Investigação-ação participativa permite ao “educador social juntar-se aos sujeitos participantes e com eles cooperar, investigando e agindo no sentido da transformação, numa atitude solidária de perseguição da utopia” (Delgado et al, 2014, p.56). Deste modo, como afirma Lima (2003), torna-se crucial encararmos este processo como um:

processo investigativo, educativo e participativo, protagonizado por um coletivo, incluindo um ou mais cientistas sociais [como Educadores e Interventores Sociais] integrados no grupo em cooperação horizontal, ainda que, naturalmente, baseada na diversidade dos contributos. Não há prestadores de serviços e clientes, utentes ou beneficiários em sentido absoluto; há participantes que realizam os benefícios, ou desempenham um papel fundamental na sua concretização, benefícios de que vão gozar, juntamente com toda a comunidade (pp.134-135).

A noção de método implica uma noção de estratégia ou caminho, composto por etapas/fases/momentos e por avanços e recuos. Deste modo, para conhecer o contexto

pretendido, a Universidade Popular do Porto, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, uma vez que esta possibilita uma maior aproximação às pessoas e à realidade, permitindo perceber melhor aquilo que as pessoas sentem e pensam, bem como a forma como representam a realidade e o que realmente desejam para a mudança. Para isto, recorri às técnicas de recolha e análise de dados e informação que mais se adequam aos objetivos do trabalho de investigação e à realidade em causa, uma vez que esta é única e complexa.

Neste sentido, foram privilegiadas a análise documental, as conversas intencionais e observação participante, bem como as entrevistas semi-estruturadas. A utilização destas técnicas tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a realidade e o contexto em questão, de modo a realizar uma descrição da realidade a ser estudada, através de um levantamento do que há – isto é, os recursos, potencialidades e oportunidades – e do que não há – ou seja, as necessidades e carências – analisando, paralelamente, suas perspectivas, interesses e opiniões da comunidade em questão, para que o conhecimento seja construído de dentro para fora. Sublinha-se que é essencial, neste processo, incentivar a participações dos atores sociais no desenvolvimento e gestão dos processos educativos.

Relativamente à análise documental, esta consistiu numa operação que emprega métodos e técnicas de recolha e análise de dados. Esta foi realizada com recurso a um vasto leque de documentos, apresentando formatos distintos, tais como textos da associação (sobre a criação da mesma, os seus estatutos, relatórios de atividade e outros documentos menos formais), material audiovisual disponibilizado nas redes de comunicação social da mesma, entre outros. Para a análise da informação foram tidos em consideração alguns aspetos fundamentais, nomeadamente as fontes selecionadas, os objetivos da investigação e a formulação de critérios e parâmetros de codificação de forma a ser possível chegar a conclusões fundamentadas (Júnior et al., 2021).

A observação participante a par com as conversas informais foram dois métodos de investigação que permitiram obter uma perspetiva holística e natural da UPP, nomeadamente do seu funcionamento diário e das interações que nela acontecem.

A entrevista é considerada uma das técnicas de recolha de dados mais poderosa para chegar ao entendimento dos indivíduos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos de investigação (Amado, 2014). Para a realização das entrevistas semiestruturadas, foi realizado um plano prévio para a construção das questões, sendo desenvolvido um guião com a informação essencial para a condução da entrevista. Contudo, todas as entrevistas foram realizadas de forma o mais descontraída e informal possível de modo que os entrevistados sentissem liberdade de resposta e de conversa.

Com o consentimento dos entrevistados (Anexo A), as entrevistas foram audiogravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas. Depois de transcritas as entrevistas foram devolvidas em formato impresso aos entrevistados para que eles tivessem acesso ao que foi abordado durante a entrevista e pudessem, se assim o desejassem, fazer alguma afinação no seu conteúdo, contudo isto não se verificou, no entanto, os entrevistados ficaram satisfeitos por terem essa possibilidade. Esta técnica de investigação, para além de dar o acesso ao discurso do indivíduo, também permitiu perceber como este se expressa a nível de opiniões, atitudes, representações, ideais e valores (Amado, 2014).

Ao longo de todo o caminho metodológico de recolha de informação houve sempre flexibilidade na adequação de estratégias, instrumentos e modos de recolher informação do contexto, uma vez que é importante mantermo-nos alerta, pois podem surgir novas informações a qualquer momento úteis para o conhecimento acerca da realidade (Cembranos et al, 2001).

Posteriormente, seguiu-se a interpretação/explicação que trata de analisar as causas, as condicionantes e a estrutura da realidade, isto é, perceber por que motivo as coisas são de determinada maneira. O tratamento e análise de conteúdo é variável consoante o tipo de pesquisa e o investigador, no entanto deve haver uma organização desta análise.

1.5. O EDUCADOR E INTERVENTOR SOCIAL EM CONTEXTOS ASSOCIATIVOS

O associativismo é entendido como a prática de indivíduos se unirem em grupos para defenderem interesses comuns, promover causas sociais reunindo-se de modo a apoiarem-se mutuamente.

Este pode manifestar-se de diversas formas, como associações informais ou entidades formalmente estruturadas. O associativismo promove e fomenta a cidadania, garantindo direitos e fortalecendo a coesão social. Em períodos de crise — como crises económicas, sociais ou políticas —, as pessoas tendencialmente criam formas de organização coletiva. Deste modo, a crise pode agir como um catalisador para o associativismo, incentivando os indivíduos a unirem-se para enfrentarem dificuldades. Nestes contextos, as associações surgem frequentemente como espaços de resistência e apoio, permitindo que os indivíduos encontrem formas de se auto-organizarem e lutarem por mudanças. Deste modo, a solidariedade surge aqui como um conceito central no associativismo, uma vez que os grupos formados se organizam, normalmente, numa lógica de cooperação e apoio mútuo. Esta dinâmica não fortalece apenas as redes de conexões humanas, mas também contribui para a construção de identidades coletivas, que são fundamentais para a mobilização e a ação política (Monteiro, 2004).

Deste modo, é perceptível que as práticas associativas desempenham um papel significativo no desenvolvimento social e pessoal do indivíduo. Através da cooperação, colaboração, ajuda mútua e proximidade é possível desenhar um caminho em direção à transformação social. Para isto, o educador social, muitas vezes assumindo um papel de mediador, em conjunto com a comunidade/contexto analisa e discute as suas necessidades, desejos e interesses em conjunto com os membros da mesma para ser possível, através do diálogo, conscientizar os sujeitos acerca dos desafios, dificuldades e problemas que os afetam. Desta forma, a partir da identificação e da conscientização, é possível caminharmos para as respostas que procuramos. Esta dimensão relacional e dialógica desenvolve-se no dia-a-dia, dado que esta “relação acontece num espaço intersubjetivo, de natureza afetiva, co-construída entre educador social e sujeitos da ação” (Timóteo & Bertão, 2012, p.22).

Assim, o Educador Social desempenha um papel crucial na promoção da investigação e da ação, um vínculo que se revela desde o início. Este profissional opera na trilha da investigação-ação participativa, onde aqueles que investigam e atuam pertencem ao mesmo grupo (Lima, 2003). É sua responsabilidade manter uma presença efetiva e sensível, promovendo a reflexão ao longo de todo o processo e expandindo as perspetivas que favorecem uma compreensão mais abrangente e clara das condicionantes e dos meandros da realidade específica. Nesse percurso, é

vital equilibrar o que se deseja com o que é viável obter-se, considerando os recursos disponíveis, para evitar a criação de expectativas irrealistas ou exigências desmedidas.

No que diz respeito ao papel do Educador Social, é fundamental que explore, em conjunto com as pessoas, um envolvimento abrangente e descontraído que reflita a confiança entre todos. O objetivo é

minimizar as tensões que obstaculizam a abertura de espírito capaz de receber modos de pensar e pontos de vista diversos; por outro lado, a valorização dos saberes experienciais e dos conhecimentos de todos os implicados, com vista ao desenvolvimento da autoestima e da gradual autonomização, relativamente ao saber e conhecimento estabelecido e dominante (Lima, 2003, p. 135-136).

Por fim, é essencial reconhecer que a função do Educador e Interventor Social abrange tanto a investigação quanto a ação, em comunhão com os demais participantes, considerando também a mediação de eventuais conflitos e a promoção de uma participação ampla e equitativa. Deste modo, o "investigador deve procurar compreender as realidades complexas e múltiplas a partir das perspetivas dos participantes" (Lodico et al., 2006 como citado em Amado, 2014, p.42). Contudo não deve deixar de ter em consideração que ele próprio enquanto sujeito investigador é "um construtor do mundo por ele mesmo estudado" (Amado, 2014, p. 42).

Em suma, em contextos associativos o educador social pode atuar como um facilitador, ajudando comunidades e grupos a organizarem-se em torno de interesses comuns. Este terá a função de orientar e promover o diálogo entre as pessoas, garantindo que todos tenham voz e participem ativamente no processo em questão. O educador social promove a formação de cidadãos mais conscientes e a educação para a cidadania, capacitando os indivíduos acerca dos seus direitos e deveres, de forma a fomentar uma cultura de participação social e cívica, importa perceber que "o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. (...) Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo." (Freire, 2018, p.96). É crucial também que o educador social atue como mediador quando surgem conflitos e dilemas. Deste modo, o educador social possui um papel polivalente e

crucial no fortalecimento do associativismo, especialmente em tempos de crise. Ao promover a educação, a solidariedade e a organização coletiva, este contribui para a construção de comunidades mais coesas e resilientes, capacitando os indivíduos para enfrentarem desafios e reivindicarem os seus direitos de forma coletiva e organizada (Freire, 2018).

2. ANÁLISE DA REALIDADE: UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO

O presente projeto desenvolveu-se na associação cultural “Universidade Popular do Porto”. Inicialmente, para a realização do projeto, foram criados consentimentos informados que previam a confidencialidade dos participantes bem como da associação. Contudo, a identificação da associação acabou por ser negociada com a Universidade Popular do Porto, dadas as suas características de transparência e de autocrítica, *ex libris* da sua expressão pública e identidade. Deste modo, não seria concebível a não identificação da associação, principalmente porque a base deste projeto incidiu em muito no olhar da Universidade Popular do Porto sobre si própria e segundo as suas práticas, sendo este olhar e autocrítica realizado de forma muito transparente e muito dada ao escrutínio. É exemplo desta transparência e desta abertura para projetos de investigação e de avaliação o artigo de Pacheco, Terrasêca, Medina & Nogueira "A avaliação da Universidade Popular do Porto: pistas para a biografia institucional de um associativismo militante" (2004), assim como o relatório de estágio de mestrado de Maria João Antunes "Memórias de trabalhadores e trabalhadoras do Porto no século XX: um projeto educativo em torno de histórias de vida resistentes antifascistas e construtores da democracia" (2016), nos quais ambos identificam a associação. Deste modo, no caso deste projeto e desta associação em específico, estando de acordo com o seu funcionamento e práticas e dada a sua relação com a academia, faz realmente mais sentido a sua identificação.

Para proceder à análise da realidade, foram utilizados alguns métodos de recolha de dados, tais como: a análise de documentos institucionais, – como relatórios e planos de atividades, – e produções provenientes de outras investigações realizadas na UPP, para uma melhor caracterização da associação; a observação participante em múltiplas atividades que decorreram na associação e que possibilitaram uma compreensão aprofundada do funcionamento desta, bem como da dinâmica e das interações entre os participantes; as conversas intencionais e as entrevistas semiestruturadas com alguns participantes da associação, que englobaram professores, alunos, investigadores e dirigentes, e revelaram-se fundamentais para a perceção das lacunas e potencialidades da UPP bem como para uma discussão autocrítica por parte dos próprios entrevistados.

Neste capítulo pretende-se dar conta da análise da realidade que foi realizada neste projeto socioeducativo. Primeiramente, importa explorar o modo como devemos proceder para uma análise da realidade fluida, elucidativa e completa. A análise da realidade possui cinco dimensões essenciais para uma análise o mais próxima possível daquilo que faz sentido para as pessoas e que tem em consideração as suas potencialidades em estado latente. Inicialmente é fundamental realizar uma descrição, averiguar as potencialidades e os recursos existentes, compreendendo também as carências do contexto em questão.

Sublinhe-se, porém, que a análise da realidade não se deve limitar a uma atitude meramente descritiva, sendo relevante considerar a percepção que os sujeitos têm da sua realidade. Assim, a percepção social implica fazer um levantamento dos diferentes testemunhos e compreender as conceções e os entendimentos das pessoas, aquilo que elas julgam e pensam da realidade. Na dimensão da interpretação é importante recorrer ao conhecimento científico que auxilia no processo de compreensão dos fenómenos. Deste modo, importa realmente compreender as causas e motivações que justificam a existência daquela percepção. Posto isto, é imprescindível procurar alternativas, conhecendo as fronteiras, as causas, as diferentes visões, bem como fazer ajustes necessários, de modo a encontrar os vários caminhos possíveis, no sentido de uma melhor qualidade de vida dos indivíduos (Cembranos et al., 2001).

Ao longo de uma fase mais inicial desta análise co-construída da realidade, procurei observar e interagir com o contexto e os seus participantes. numa lógica de contrariar o superficial e observar o contexto de um modo mais complexo e crítico. Para tal, foi necessário olhar para o meio envolvente, de forma estruturada e sistemática, isto é, para além do óbvio e do senso-comum, olhar para as pessoas e para as interações entre elas e entre elas e o meio. Face à metodologia em questão, existe também a necessidade de realizar uma auto-observação, numa lógica de consciencialização e desconstrução do pensamento e enquanto seres influenciadores e influenciados pelo contexto, uma vez que

Para homens e mulheres estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem «tratar» a sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem

pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar, não é possível. (Freire, 2004, pp. 57-58).

Desta forma, este projeto desenvolvido na Universidade Popular do Porto enfatiza a importância da transparência e da autoavaliação como pilares fundamentais para uma compreensão mais profunda da realidade associativa. Através de uma metodologia que inclui a análise de documentos, a observação participante e entrevistas semiestruturadas, foi possível não apenas perceber e analisar as dinâmicas internas da associação, mas também captar as percepções e vivências dos seus participantes através do encontro, diálogo, e interação que caracterizaram o evoluir desta análise, articulando-se com o próprio dia-a-dia da associação. A análise da realidade proposta destoa de abordagens superficiais, promovendo uma reflexão crítica. Assim, nesta análise pretendo não apenas contribuir para um melhor entendimento da Universidade Popular do Porto, mas também para a valorização das práticas de associativismo militante, reafirmando a importância de estar no mundo de uma forma ativa e consciente, como sublinhado nas reflexões de Paulo Freire.

2.1. VALORES E PROPÓSITO

Criada há 45 anos, a Universidade Popular do Porto tem vindo a desenvolver durante toda a sua existência uma rica, intensa e ininterrupta atividade cultural e formativa, no domínio da aprendizagem ao longo da vida, organizando centenas de cursos diurnos e pós-laborais, seminários, conferências, debates, colóquios e visitas de estudo, abrangendo diversas áreas temáticas. Todas estas atividades são frequentadas por milhares de pessoas de diferentes idades, estratos sociais, profissões e níveis de escolaridade (UPP, 2024).

Inspirando-se no pensamento de Bento de Jesus Caraça e herdando os ideais das Universidades Populares do séc. XIX e da 1ª República, a UPP foi constituída em “espaço de encontro, de comunicação e de relação de pessoas, na sua procura de um bem comum, mas também se assume como espaço de ação militante e de intervenção comunitária favorecendo a construção colectiva de um bem partilhável” (Pacheco et al., 2004, p.41).

A Universidade Popular do Porto identifica-se com a liberdade configurando os ideais do 25 de Abril. Nota-se, neste sentido e sem surpresa, o modo como a UPP toma por referência da sua atividade a Revolução dos Cravos, uma vez que foi no contexto revolucionário do 25 de abril que “puderam tomar forma novos tipos de relações sociais e novos modos de organização social e de exercício do poder” (Canário, 2008, p. 21). Desde o princípio dos anos 90, a UPP é parte integrante da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril do Porto, o que torna de especial interesse o processo organizativo referente aos 50 anos deste movimento revolucionário, que se celebram exatamente no ano de desenvolvimento deste projeto.

Seguindo os princípios das Universidades Populares, instauradas em Portugal nos últimos anos do século XIX e durante a 1ª República, mas colhendo inspiração particular nos desígnios emancipatórios do movimento da Universidade Popular Portuguesa, sob a presidência de Bento de Jesus Caraça, a Universidade Popular do Porto assume uma missão profundamente marcada pelos ventos de Abril de 74. Com o intuito de promover a educação popular e de se adaptar às novas realidades e possibilidades abertas com a Revolução dos Cravos, a UPP tem como propósito, desde a sua origem, fomentar o conhecimento e a formação cultural, científica e técnica em diversas áreas do saber e da atividade social, através da organização de grupos e centros de estudo, bem como da realização de cursos, seminários e outras iniciativas educativas e laborais, abrindo portas a todos aqueles que valorizam a importância da cultura para o desenvolvimento individual e progresso coletivo.

É de salientar o trabalho da Universidade Popular do Porto na promoção cultural e na educação ao longo da vida, regida pela ideia de que a “educação inicial deveria ser seguida de outras oportunidades de aprendizagem, no decorrer da vida, acessíveis a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social.” (Ávila e Aníbal, 2019, p.13). Este trabalho tem levado diversos sindicatos, operários e de serviços, a tornarem-se sócios coletivos da UPP, de modo a fomentarem a atividade cultural e formativa junto dos seus associados e de apoiarem a sucessão e o desenvolvimento deste projeto. O mesmo reconhecimento tem sido mostrado por diversas autarquias, coletividades e associações populares, para as quais e em colaboração com as quais a UPP tem dinamizado as mais variadas iniciativas, bem como por diversas instituições científicas que, com a UPP, têm colaborado na organização de múltiplas

ações de formação. Esta associação define-se como uma associação cultural sem fins lucrativos e possui como principais objetivos

Artigo 3º - (...) promover o conhecimento e a formação cultural, científica e técnica nas diversas áreas do saber e da actividade social, mediante a criação de grupos e centros de estudo e a realização de cursos, seminários e outras acções de estudo e de trabalho, bem como a edição de publicações periódicas e não periódicas (Estatutos UPP, 2024).

Importa percebermos que:

A criação da Universidade Popular, cinco anos depois do derrube do regime ditatorial, surge como uma reacção, quer à política obscurantista que aquele havia instaurado, quer em oposição à tendência para centralizar e regar a acção pública e domesticar a participação popular, que o período de normalização, subsequente aos primeiros momentos de tentativa de democratização da sociedade através da democratização da educação e da cultura, veio impor (Pacheco et al, 2004, p.46).

A Universidade Popular do Porto, emergiu como uma instituição significativa na promoção da educação não formal e na inclusão social, especialmente num contexto de grandes transformações sociais e económicas em Portugal. Dos anos 80 até ao virar do século a associação trabalhou questões relacionadas com a constituição da república, economia e o uso de tecnologias, tanto em cursos como em conferências. Uma das características marcantes deste período foi também a formação de parcerias com escolas profissionais. Estas inovadoras colaborações visavam proporcionar uma formação mais técnica e prática aos jovens, alinhando os conteúdos educativos às exigências do mercado de trabalho. Além disso, a Universidade Popular do Porto desenvolveu cursos e conferências relacionadas com a alimentação, adolescência e infância, refletindo uma preocupação com a saúde e o bem-estar da população.

A formação de imigrantes também foi uma área de destaque no trabalho da Universidade Popular do Porto. Numa época marcada por um aumento significativo da imigração em Portugal, a universidade implementou programas específicos que visavam ajudar os imigrantes a integrarem-se na sociedade portuguesa. Através de cursos de língua portuguesa e formações

culturais, a Universidade Popular proporcionou aos imigrantes as ferramentas necessárias para se adaptarem ao novo ambiente e participarem ativamente na vida comunitária. Assim, a Universidade Popular do Porto destacou-se como um espaço de aprendizagem inclusivo e diversificado, onde a educação servia como um meio para enfrentar desafios sociais e promover a coesão. O seu papel foi fundamental para capacitar os indivíduos, refletindo um compromisso com a comunidade e uma visão abrangente da educação.

Hoje, a Universidade Popular do Porto é uma instituição que leva a cabo um amplo programa de formação e emancipação, procurando educar para a cidadania, para a democracia e para a cultura (Osorio, 2006, p. 133). Foram personalidades como Jaime Cortesão e Bento de Jesus Caraça que impulsionaram as Universidade Populares e constituem ainda hoje parte importante uma parte essencial do trabalho e discussão presentes na UPP, num passado que não se limita nem se deixa confinar a qualquer saudosismo, porque profundamente enraizado nos desafios do presente.

E sublinhemos, neste sentido, que o legado da UPP vai além da simples transmissão de conhecimento. Esta associação promove a participação ativa dos cidadãos na vida cultural e social, fomentando a reflexão crítica e a consciência cívica. Assumindo-se como espaço de diálogo e troca de experiências, onde se favorece a aprendizagem mútua e o fortalecimento entre comunidades, a UPP reivindica a sua posição como bastião do saber inclusivo, desafiando a elitização do conhecimento e combatendo a exclusão social. Deste modo, permanece solidamente fiel ao seu compromisso com a educação ao longo da vida, adaptando as suas abordagens às necessidades contemporâneas e à realidade dos aprendentes, refletindo, assim, os anseios de uma sociedade mais justa e equitativa.

No ano 2019, em reconhecimento de todo o trabalho desenvolvido, foi atribuída à UPP a medalha de mérito de ouro pela Câmara Municipal do Porto, medalha esta que se destina a “galardoar personalidades ou entidades de reconhecido mérito, serviços notáveis prestados à cidade do Porto por pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, e ainda distinguir capacidades profissionais reveladas pelos trabalhadores ao serviço do Município do Porto.” (Porto, 2019).

Deste modo, importa sublinhar a sua relação próxima e a partilha de projetos com sindicatos e com o movimento social e popular na cidade do Porto. Atestam isso mesmo as múltiplas ligações e relações com movimentos associativos e sindicatos que a UPP possui e que defendem a “importância da cultura para o enriquecimento do homem e para o progresso social” (Estatutos UPP, 2024), sendo sócios coletivos da UPP os Sindicatos:

- Enfermeiros portugueses / sep;
- Médicos do Norte / smn;
- Professores do Norte / spn;
- Profissionais de seguros e afins / sinapsa;
- Trabalhadores das empresas do grupo caixa geral de depósitos / stec;
- Trabalhadores em funções públicas e sociais do Norte / stfpsn;
- Trabalhadores das indústrias de transformação, energia e ambiente / site norte.

2.2. ATIVIDADE E INSTALAÇÕES

A associação possui quatro salas de aula equipadas com cadeiras com suporte para o material de escrita ou cadeira e secretárias. Existe um gabinete para a administração, um gabinete que possui os arquivos do Centro de Documentação e Informação (CDI), um jardim exterior apto para convívios e atividades e uma sala de convívio equipada com máquina de café, sofás e mesas para promover o convívio entre os participantes e na qual, antes, depois e entre as aulas, estes se reúnem para conversar. Existe ainda um sótão, onde se encontram dezenas de capas com arquivos de cursos, exposições, publicações, entre outros, relacionados com a UPP, e uma cave, repleta de relíquias bastantes antigas com material de exposições, cartazes, computadores, cadeiras e outros. Por fim, a denominada biblioteca, repleta de livros relacionados com os mais variados temas, estando esta sala disponível para quem quiser trabalhar ou estudar, e também para reuniões. As paredes dos corredores encontram-se decoradas com exposições de obras de artes dos alunos, na sua maioria pinturas, havendo um painel à entrada com cartazes de eventos da UPP afixados.

Este é um rápido vislumbre das instalações da UPP neste momento, instalações estas para as quais a associação se transferiu no ano 2011. Anteriormente, a UPP não possuía uma sede,

contando com parcerias para desenvolver as suas mais variadas atividades, com entidades como a Junta de Freguesia de Massarelos, a Universidade do Porto, Sindicato de Professores do Norte, Junta de Freguesia de Bonfim, Arquivo Distrital do Porto, Jornal de Notícias, entre outros. É evidente que, desde o momento em que se mudaram para uma sede própria, a possibilidade de realização de mais e diferentes atividades alargou-se.

Ao longo de toda a sua existência, a Universidade Popular do Porto tem desenvolvido uma atividade constante, materializada na realização de dezenas de cursos, em horário diurno e pós-laboral, seminários, conferências, debates, visitas de estudo e outras, nas quais já participaram milhares de pessoas, de diferentes idades, estratos sociais e níveis de escolaridade. Deste modo, é de realçar o importante papel da UPP enquanto associação promotora e provedora de uma educação permanente e da aprendizagem ao longo da vida, sendo esta encarada tanto com um meio de realização pessoal bem como de promoção da justiça social e da cidadania ativa (Rothes et al, 2019).

Atualmente, a maioria das atividades realizadas nas instalações da UPP, nomeadamente as conferências e os cursos, são concretizados tanto em formato presencial como também online, de forma a garantir que um maior número de pessoas tenha a oportunidade de participar nestas. Existe um plano de cursos que decorre durante o período letivo, de setembro a julho, e existem também cursos de curta duração. A maioria dos cursos decorre em período laboral, sendo que existem alguns em período pós-laboral. Os enfoques temáticos são muito variados, para o ano letivo de 2023/2024 a oferta formativa passava por:

- Alemão
- Atelier d'artes (desenho, pintura, colagens, etc.)
- Atividade física e método natural
- Cavaquinho-vamos aprender
- Comunicação social e jornalismo
- A cultura portuguesa através da sua literatura
- Literatura portuguesa contemporânea
- História da arte e do património
- História do cinema

- Inglês I e Inglês III
- Iniciação musical + formação musical
- Introdução à filosofia
- Linguística: refletir sobre a linguagem
- A música e a humanidade
- Perspetivas de história
- Roteiros na natureza
- Saúde: mais e melhores anos de vida?
- Sociologia – o sentido da mudança social
- Tecnologias de informação/informática
- Trajetos teatrais – narrar é transformar
- Um porto com muitas histórias

Não existe qualquer tipo de avaliação sobre as aprendizagens adquiridas, sendo que um curso, quando possui elevada adesão pode ser repetido e mantido de ano para ano, tanto ao nível dos conteúdos abordados como também dos seus participantes. Não existe, assim, uma lógica avaliativa. Os indivíduos que frequentam as atividades da UPP, em particular os cursos, fazem-no com a intenção de aprendizagem, prazer e evolução pessoal. Os professores desempenham, na verdade, um papel de orientador e mediador sendo pessoas voluntárias, que, devido ao seu interesse, experiência e estudos na área, disponibilizaram-se para criar o curso de modo a partilharem o seu conhecimento, sendo este conhecimento muito valorizado pelos alunos.

Na realidade, grande parte das associações culturais e voluntárias como a UPP, são marcadas e movidas pela solidariedade e pelo voluntariado, caracterizando-se como entidades sem fins lucrativos (Coelho, 2008; Carvalho, 2015), estas destacam-se como “campos de observação fundamentais para o questionar da relação entre associativismo, formas de participação da sociedade civil e níveis de democratização” (Vilaça, 1991, p.175). Contudo, na UPP, apesar do teor voluntário inerente à atividade dos participantes, nomeadamente dos professores e daqueles que realizam os planeamentos das atividades da associação, a sua ação é movida por uma causa comum, a transmissão e troca de conhecimentos com os demais participantes, numa partilha de

saberes que é uma das características da Universidade Popular. Daí que, ao invés de falar em voluntariado, os dirigentes da Universidade preferiam falar de militância, sendo que,

a militância em organizações possibilita a existência de benefícios para os indivíduos e para a sociedade, permitindo a estes influenciar o processo que afeta as suas vidas e atingir metas coletivas que não seriam alcançadas sem a intervenção de uma organização (Pereira et al, 2016, p.271).

Ao nível da dinâmica das aulas, esta pode diferenciar-se entre os variados cursos. Contudo, a premissa da discussão aberta, da troca de ideias, do incentivo à participação está presente em todas, havendo espaço para o contributo de todos. Como refere Paulo Freire, numa reflexão que se adequa plenamente a este contexto:

A dimensão global da Educação Popular contribui ainda para que a compreensão geral do ser humano em torno de si como ser social seja menos monolítica e mais pluralista, seja menos unidirecionada e mais aberta à discussão democrática de pressuposições básicas da existência. (Freire, 2001, p.17).

Independentemente do curso, é evidente a educação cívica, política e comunitária em todas as aulas, onde os temas destas se relacionam com questões como a migração, a crise alimentar, a igualdade de género, a guerra, direitos civis, entre muitos outros. As sessões decorrem predominantemente em formato presencial, mas todas estão disponíveis para os alunos acederem através do zoom. Durante as sessões existem vários materiais de apoio, como PowerPoint e fichas de resumo ou atividade. Através da participação nestas, foi perceptível os vastos conhecimentos e interesse que os participantes possuem acerca das temáticas abordadas nos cursos que frequentam.

Através de uma conversa intencional que tive com um professor de um curso da UPP, este contou-me que um dos alunos que frequentava um dos cursos que ele lecionava possuía elevadas habilitações e conhecimentos na área em questão, contribuindo regularmente para a discussão em aula. Este interesse do aluno pela temática e o modo como este a explicava levou o professor a convidá-lo para se aliar a ele na função de mediador do curso, de forma a auxiliar com a

organização do mesmo. Isto demonstra a valorização e o reconhecimento que a UPP confere aos seus participantes, revelando como a associação e respetivos professores encaram o formato dos cursos como uma troca e partilha de saberes, numa relação horizontal para com os participantes.

Muitas destas iniciativas resultaram e resultam do trabalho de diferentes grupos de estudo, dando corpo a estes grupos pessoas, muitas delas especialistas em diferentes áreas, que possuem interesse na temática em questão. Estes indivíduos, que encontram na UPP um espaço para o intercâmbio de saberes e para o debate aprofundado numa perspetiva inter e multidisciplinar, organizam-se para estudarem e investigarem, resultando daqui publicações científicas, exposições, conferências e também cursos inovadores nos seus conteúdos, que são ministrados numa perspetiva emancipatória, potenciadora dos saberes de cada um e da aquisição de novas competências, vividos por professores e alunos como um prazer compartilhado. Deste modo, existem cinco grupos de estudo formados, sendo estes o grupo do Ativismo associativo; da Ciência e cultura; das Visitas de estudo; da Literatura e o grupo do Envelhecimento Ativo, tendo este publicado em 2020 (Poeschl, et al.) a obra "Olhares cruzados Sobre o envelhecimento activo", que possui com principais objetivos:

1. Conhecer mais precisamente as posições dos meios empresariais acerca do envelhecimento activo e, logo, identificar as iniciativas tomadas neste sentido pelas empresas;
2. Conhecer as iniciativas tomadas pelas autarquias que dizem respeito à população idosa;
3. Recolher respostas/informação para conhecer as representações sociais do envelhecimento activo. (Poeschl et al., 2020, p.iii)

É importante mencionar também o Centro de Documentação e Informação (CDI) da UPP, que incide sobre o Movimento Operário e Popular do Porto (Anexo B). Este foi criado com o apoio da Porto 2001 S.A., integrando a programação do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. O CDI é resultante do desenvolvimento de dois projetos de pesquisa "Memórias do trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX" e "Para preservar e divulgar a memória do Porto – os

Arquivos das Organizações de Trabalhadores", e está organizado por ordem cronológica desde 1900 a 2002 trabalhando na valorização do património social e identitário do Porto, dado que contribui para preservar a memória e a história oral e social da cidade. A constituição do CDI teve como fatores impulsionadores:

a constatação de lacunas relativas à história do movimento operário portuense no século XX, nomeadamente no que se referia às lutas operárias durante o fascismo, à vivência do 25 de Abril e à participação dos trabalhadores na construção da democracia após a revolução, mas também com o compromisso da UPP com a democratização da cultura e do conhecimento. (Antunes, 2019, p.3)

Atualmente, o CDI da UPP abriga mais de 90 histórias de vida, totalizando mais de 300 horas de gravação e mais de 10.000 páginas de transcrição, o que confere ao acervo um valor inestimável estando grande parte deste património disponível online e com acesso aberto. Este é um projeto com grande relevância para a UPP, sendo que, ao longo dos anos, foram realizados já outros projetos de investigação e eventos, nomeadamente conferências, que incidiram sobre o trabalho desenvolvido na criação do CDI, bem como nos testemunhos e histórias de vida presentes nesta iniciativa (Antunes, 2019). Os objetivos do CDI passam por:

contribuir para a preservação da memória e da história oral e social do Porto, valorizando o seu património social e as suas identidades; coligir, tratar e difundir informação sobre o movimento popular e de trabalhadores do Porto e apoiar e estimular o estudo sobre ele; identificar e conhecer o património arquivístico de sindicatos e outras organizações de trabalhadores do Porto, através do levantamento, diagnóstico e inventário dos seus arquivos, incluindo o levantamento da informação sobre núcleos documentais custodiados por outras instituições públicas ou privadas; organizar e preservar o espólio identificado e prestar apoio técnico nas áreas de tratamento/organização e preservação do património arquivístico e da memória histórica das organizações populares e de trabalhadores; recolher, em suporte áudio e vídeo, testemunhos e histórias de vida de pessoas que protagonizaram e/ou vivenciaram acontecimentos sociais representativos da vida social e laboral da cidade ao longo do século XX; disponibilizar informação relevante sobre condições de trabalho, lutas sociais, associações de trabalhadores e organizações

populares, vivências das ilhas e dos bairros sociais, práticas culturais mais relevantes da "cidade do trabalho" a partir de depoimentos dos entrevistados; disponibilizar uma cronologia de acontecimentos sócio-históricos e laborais marcantes na cidade do Porto no séc. XX. (CDI, 2024)

É perceptível que a UPP foca a sua atividade na divulgação do saber, possuindo como premissa a importância da promoção da cultura e da reflexão crítica, estando conscientes de que a educação ao longo da vida se assume cada vez mais como condição essencial para o desenvolvimento pessoal e para a cidadania enquanto intervenção social ativa e consciente. É com base nestes princípios que todos os professores, monitores e colaboradores da Universidade Popular do Porto ministram as suas atividades e animam as diferentes iniciativas sem auferir qualquer tipo de remuneração. Colhem como único benefício a partilha cívica dos seus saberes e a participação num projeto de dinamização cultural, que consideram que seja enriquecedor para todos aqueles que estejam envolvidos. Consequentemente, é justo sublinhar:

Estas acções acontecem sob um princípio de partilha e troca que permite, por exemplo, que o jovem marroquino que aprendeu português se proponha, em seguida, a ensinar árabe, sem ter pago e sem ser pago por estas actividades. É o velho princípio da troca na sua expressão mais simples da realização dos passos para a coesão social (Pacheco et al, 2004, p.55).

2.3. OS PARTICIPANTES EM INTERAÇÃO COM O CONTEXTO

A Universidade Popular do Porto possui três órgãos sociais, sendo estes a mesa da assembleia geral, o conselho fiscal e a direção. Estes órgãos são compostos por 17 membros, havendo uma predominância do sexo masculino, com 13 indivíduos, e 4 indivíduos do sexo feminino. Três destes membros encontram-se também a exercer funções como professores/orientadores das aulas que acontecem dentro da UPP, sendo a totalidade deste corpo de 23 pessoas, 8 do sexo feminino e 15 do sexo masculino.

O número de participantes do corpo discente é de 200, contudo importa perceber que tanto membros dos órgãos sociais como membros do corpo docente fazem também parte deste grupo de participantes. Daí que seja difícil numerar concretamente a totalidade dos participantes da UPP. A totalidade dos participantes é assim pouco determinável, dado que existem indivíduos que participam regularmente noutra tipo de atividades e que não se encontram contabilizados. Contudo, de modo geral, os indivíduos que participam nas múltiplas atividades realizadas pela associação não variam.

É notória a necessidade de se realizar uma distinção entre os vários perfis de participação dentro da associação dado a diversidade presente entre estes e na intensidade de participação. Existem aqueles que frequentam somente os cursos, com o objetivo único de receber conhecimentos, não estando vinculados a quaisquer outra atividades ou relações que não a de professor-aluno, na sua versão tradicionalmente vertical. Existem os participantes diários, que frequentam múltiplos cursos, bem como outras atividades desenvolvidas na UPP, contribuindo, muitas das vezes, para a realização e organização destas, assumindo assim um papel fundamental no funcionamento quotidiano da associação. Existem os professores, – que, como espírito militante, ministram e organizam o curso pelo qual são responsáveis de forma voluntária na UPP – estes possuem um papel de mediação do conhecimento, procurando construir uma relação horizontal, isto é, de troca constante com os participantes dos cursos.

Existem os dirigentes que, na sua generalidade, assumem múltiplos papéis dentro da UPP, como professores, como oradores e, também, como participantes nas aulas. E também existem outros participantes, tais como alguns sindicalistas, investigadores, antigos dirigentes que, enquanto apoiantes do projeto e da missão da UPP possuem um papel fundamental nesta, apoiando em diferentes ocasiões, mesmo que não se encontrem envolvidos com a vida quotidiana da UPP. O mais comum é, no entanto, encontrarmos participantes que possuem um ‘acumular’ de formas de participação e, muitas vezes, de funções, como explica um dirigente e professor, que possui um papel preponderante no funcionamento diário da UPP e em muitas outras ocasiões – como, por exemplo, na realização de comunicações, organização de eventos, entre outros –, “neste tipo de atividade em instituições ou associações populares, sem fins lucrativos em que ninguém ganha nada, há sempre a tendência de envolver cada vez mais as pessoas que se mostram disponíveis.”

No que diz respeito às idades, as mesmas estendem-se, maioritariamente, pela faixa etária dos 65 ou mais anos. No que respeita à formação escolar dos membros, evidenciam-se diferentes níveis de ensino, havendo uma predominância de pessoas que frequentaram o ensino superior. Dos membros que compõem os órgãos da associação, a maioria enquadra-se em qualificações equivalentes à licenciatura pré-bolonha. No que concerne aos denominados “alunos”, é possível encontrarmos pessoas que possuem desde o 1º ciclo do ensino básico ao ensino superior. O percurso e a atividade profissional são também diversos, contudo, tal como afirma um dirigente da UPP:

uma grande parte das pessoas que participam aqui nos nossos cursos são pessoas licenciadas, professores, pessoas da função pública, bancários, seguros, são pessoas já com um índice cultural que em média é alto. Isto também é bom porque acabam por todas interagir umas com as outras para uma maior aquisição de conhecimento por parte de cada um.

É evidente a existência de um grupo de participantes com elevadas qualificações e que possuem cargos profissionais com rendimentos acima da média, estando a maioria reformada, e a inexistência de indivíduos do operariado, que se encontrem ainda no ativo. Os professores possuem “um papel sobretudo de orientadores para a discussão cultural” (Dirigente da UPP), sendo também alunos noutros cursos e participantes ativos das várias atividades que decorrem na UPP.

Uma característica da associação é o convívio e interação que esta proporciona e o despertar da sociabilidade entre os participantes. Ao longo do projeto, foi possível observar a interação dos membros do grupo em diferentes momentos e espaços, sendo evidente a proximidade relacional entre os participantes. Em larga medida, os membros têm entre si relações de afeto iniciadas após a sua ingressão na associação, sendo a UPP e os seus espaços e atividades a proporcionar a criação destas proximidades. Este facto entende-se e justifica-se tanto pela participação na UPP, bem como pelas faixas etárias e pela similaridade de ocupação dos tempos livres, valores e das atividades que frequentam. Como afirma uma entrevistada sobre os interesses em comum que percebeu que possui com vários membros integrantes da UPP:

depois há aqui uma conferência do conselho nacional para a paz e encontro pessoas do sindicato, depois vou para a UNICEPE que há apresentações e encontro pessoas daqui, vou a uma manifestação a favor da paz e encontro os meus colegas, é maravilhoso porque encontramos-nos em muitas atividades, mesmo sem combinar, e há realmente interesses comuns e um ambiente maravilhoso de empenho.

Verifica-se, assim, um contexto que proporciona uma relação proximal que induziu a uma interação maioritariamente fluida e desinibida. Os participantes encaram também a UPP como um local seguro, de combate à solidão e forma de se manterem ativos, sendo este papel reconhecido pelos próprios participantes e dirigentes:

Além disso nós também temos uma outra função, também importante, que é o envolvimento relacional, o aspeto do relacionamento entre as pessoas, através dos convívios, através dos encontros que fazemos aqui periodicamente, não só aqui na sede, como por vezes em visitas a outros locais em que as pessoas se vão encontrando, convivendo, construindo amizades e esse papel aqui da UPP também é muito importante, também para as pessoas com mais idade, e isso também não se pode esquecer (Dirigente da UPP).

Há alunos que encaram este espaço como o seu futuro enquanto reformados, como afirmou uma participante dos cursos de dia: “Acho que já estou muito mais sossegada em relação ao meu futuro porque eu se tiver tempo vou para a UPP e os dias voam aqui.”, realçando encontrou na UPP um espaço de estímulo, discussão e, assim de tudo, de convívio e amizade.

Os participantes caracterizam-se como indivíduos civicamente ativos e participativos, a grande maioria participa em manifestações, eventos de natureza política e atividades cujas temáticas se encontram, em grande parte, relacionadas com a liberdade e com os direitos humanos. Os próprios participantes afirmam que “aqui na UPP, isso é muito fomentado” (Aluna dos cursos de dia), o que é evidenciado com o largo plano de atividades que a associação possui neste âmbito. A título de exemplo, listam-se cursos como “Perspetivas de História”, “Povos e culturas”, “O cinema e a política”, “Crise alimentar”, entre outros, além de conferências e outros eventos, como é o caso do concerto de Ano Novo de solidariedade com o povo palestino, as conferências “A música e

a revolução de abril” e “Ética e política”, o circuito de conferências sobre o 25 de abril, e muitas outras atividades. É de notar o papel da UPP no fomento de interesses relacionados com participação cívica. Como afirma uma participante dos cursos acerca destes interesses: “Já vinha de trás, e eu vou tendo cada vez mais curiosidade e começo a perceber que realmente é muito importante”, dado que, como a mesma afirma: “a UPP é nesse sentido que vem, que é acrescentar-me nessas áreas.”

2.4. A INTEGRAÇÃO NO CONTEXTO: PAPEL DE MEDIADORA

Antes da oportunidade de realizar este projeto de mestrado na Universidade Popular do Porto eu não possuía conhecimentos aprofundados acerca da existência e do funcionamento das Universidades Populares no geral. Contudo, desde a primeira reunião que os membros da direção se mostraram muito disponíveis, dando-me liberdade total para explorar o funcionamento da associação. Foi-me dado livre acesso a praticamente todos os espaços das instalações, à frequência das aulas, das conferências e eventos, foram-me fornecidos alguns documentos com informação específica e breve relativa à criação da UPP, à sua história e militância.

A minha introdução e receção dentro do grupo alargado ocorreu de modo faseado e orgânico. Inicialmente começaram por me apresentar alguns membros da direção e participantes ativos, contudo, ao longo do tempo e com uma presença cada vez mais ativa na UPP comecei a conhecer os vários participantes que fazem parte da vida quotidiana da associação. Contudo, neste primeiro contacto conheci, desde logo, todos os “cantos da casa”, nomeadamente a cave e o sótão que possuem vastos arquivos da UPP, como comunicações, relatórios da direção, exposições, livros, entre inúmeros outros arquivos relacionados com os mais variados projetos e atividades que esta realizou ao longo da sua história. Aqui foi possível perceber o grande património que a associação faz questão de arquivar organizadamente no seu espaço, contudo, apesar de todas as capas e ficheiros organizados por ordem cronológica e por temática/atividade, a verdade é que navegar por entre tanta informação é uma tarefa bastante complicada, tarefa esta que, já numa fase posterior do projeto tive a oportunidade de navegar.

Inicialmente, comecei por frequentar algumas aulas de forma espontânea e a ter algumas reuniões com dois membros da direção que se tornaram os meus mentores dentro da associação, marquei também presença em algumas conferências e seminários. Deste modo, a minha presença na associação tornou-se, gradualmente, mais ativa, o que me ajudou a criar algumas relações de proximidade com alguns participantes. Ao frequentar estes eventos percebi a existência da formação de pequenos grupos, o que tornou mais desafiante a existência de conversas abertas com estes participantes. Esta dificuldade foi-se dissipando ao longo do tempo, quando comecei a conhecer melhor as pessoas e estas se começaram a habituar à minha presença.

O aprofundamento do processo de conhecimento, que incorporou observação participante, entrevistas, conversas abertas, entre outros, veio também facilitar e proporcionar uma maior interação com determinados elementos, o que ajudou a perceção do funcionamento de determinadas dinâmicas entre os participantes.

Considero pertinente mencionar uma conferência, integrada no ciclo de iniciativas da Universidade Popular do Porto comemorativas dos 50 anos do 25 de Abril, realizada no dia 14 de janeiro, intitulada de "A Música e a Revolução de Abril" (Anexo C) com o músico Manuel Pires da Rocha. Participei nesta atividade a pedido da direção, numa perspetiva de dar apoio à organização do evento no dia do mesmo, considero relevante mencionar esta atividade pois assinala um momento em que é perceptível que me encontro integrada na associação e que o meu papel e presença são valorizados e rentabilizados, existindo já uma relação de confiança e entreajuda.

Creio que poderá ter sido a partir deste momento em que assumi um papel fundamental como mediadora, procurando desempenhar a função de articular, promover e facilitar o diálogo e a discussão entre os indivíduos e o contexto. A mediação vai além da simples resolução de conflitos, trata-se de construir relações de confiança, empatia e compreensão mútua, neste caso o meu contributo em nada esteve relacionado com um apaziguar de conflitos, como muitas vezes é associado ao papel de um mediador, o meu papel passou mais pela complexificação da discussão, deste modo "A mediação é um processo de recriação e renovamento da relação social, que não visa pôr fim aos conflitos – se não houver conflitos não há vida – mas coloca-los num espaço mais pertinente, que é necessariamente mais complexo" (Mendonça, 2008, p.28).

Assim, como mediadora inserida num projeto de educação social procurei trabalhar em conjunto com os participantes para identificar necessidades e interesses dos mesmos, de modo a promover um espaço onde todos se sintam ouvidos e valorizados.

2.5. O DUPLO ESTATUTO DAS ENTREVISTAS

Foram realizadas 6 entrevistas a participantes da associação que possuem diferentes níveis de participação, de forma genérica os entrevistados foram 3 alunos e 3 professores/dirigentes. A escolha dos participantes a serem entrevistados foi discutida com os dois membros da direção que fizeram parte crucial da co-construção do projeto e o critério crucial e único definido na seleção era que fossem pessoas com graus de participação e funções distintos. Todos estes entrevistados iniciaram o seu percurso na associação em datas distintas, contudo, a sua data de ingresso na UPP e a intensidade de participação nesta não estão necessariamente relacionadas. As entrevistas foram realizadas numa fase inicial do projeto, no começo da análise da realidade, e, por esse motivo, foram os dois membros da direção mencionados anteriormente que realizaram um contacto inicial com os participantes da UPP, sendo que estes se disponibilizaram imediatamente para serem entrevistados.

O guião de entrevista foi organizado em quatro partes, passíveis de ser conectadas e relacionadas entre si (Anexo D). A primeira parte “Apresentação e caracterização sociodemográfica” e a segunda “História de vida do entrevistado” acabaram por se alinhar no início de cada entrevista, quando era pedido ao entrevistado para este se apresentar. Deste modo, como a realização das entrevistas foram propostas e negociadas com os participantes como uma espécie de conversa informal, o fluxo destas foi muito natural, levando a que os entrevistados contassem a sua história de vida abordando os pontos definidos como guias das conversas, tais como o local onde cresceram, a sua escolaridade e respetiva relação com a escola e a academia, a trajetória profissional, característica do percurso de vida e experiências ou relações associativas que tenham criado ao longo do seu percurso (para além da UPP).

A terceira parte pretendia abordar a história pessoal de cada um, por relação com a UPP. Foi pedido aos entrevistados que explicassem a sua relação com a UPP, tanto a um nível histórico, isto é, como esta se iniciou e desenvolveu, – como e quando conheceu a associação; cursos que

frequentou/lecionou – como a um nível interventivo – abordando possíveis projetos em que está e esteve envolvido; atividades que usualmente frequenta. Para além disto, os entrevistados abordaram também temática como a motivação para a frequência na UPP, o impacto da associação na sua vida, a relação com os membros integrantes da UPP – alunos, professores, dirigentes – e, finalmente, uma descrição da perceção que o entrevistado possui acerca das pessoas que frequentam a associação.

Por fim, na quarta e última parte, foi pedido que o entrevistado falasse acerca da sua perspetiva sobre a UPP, isto é, sobre a sua missão e projeto. Aqui os entrevistados falaram acerca da importância da associação a nível local, comunitário e pessoal, bem como das potencialidades e fragilidades/desafios da associação. Foram também abordadas perspetivas de futuro relativas ao funcionamento da UPP, isto é, o que gostava de ver a ser feito e desenvolvido na UPP, ou qualquer outra vontade e ideia que considera relevante para a associação.

Estas entrevistas revelaram-se extremamente importantes ao longo do projeto, em especial pelo duplo estatuto que acabaram por configurar. Se, por um lado, estas foram um método crucial para eu, enquanto investigadora, conseguir compreender e conhecer melhor a Universidade Popular do Porto e as suas dinâmicas, desafios e potencialidades, foi também uma ferramenta de autorreflexão dos próprios entrevistados e da própria associação para com o seu projeto e missão. Através destas entrevistas os entrevistados tiveram a oportunidade de expressar as suas histórias, perspetivas e sentimentos de maneira mais livre e aberta, concedendo-me também a oportunidade que estabelecer uma relação de empatia e escuta ativa para com os entrevistados, promovendo uma conversa reflexiva e esclarecedora. Durante e após as entrevistas os entrevistados tiveram a oportunidade de refletirem sobre as mesmas, retomando para uma conversa mais informal comigo, nas quais partilhavam reflexões críticas geradas durante e após a entrevista, promovendo um processo de autoconsciência. Estas conversas foram também impulsionadas pela devolução da transcrição das entrevistas aos entrevistados, que muitas vezes se mostravam surpresos com determinados tópicos que tinham sido desenvolvidos, querendo retomar alguns deles de um modo mais refletido ou enriquecido.

3. A CAMINHAR PARA A UTOPIA

3.1. DESENHO DE PROJETO

A realidade social encontra-se em permanente mudança. Não é imutável, mas antes transforma-se continuamente, o que resulta numa necessidade de constantes ajustes e adaptação. Falamos de um processo contínuo de apropriação consciente, que permite um agir atento e coordenado. Sendo o objetivo e propósito do projeto responder às necessidades e problemas, este está também em constante atualização e adaptação, de modo a acompanhar a realidade social em que se envolve.

Assim, é crucial e indispensável para o bom 'funcionamento' do projeto de educação e intervenção social que as pessoas nele participem, dado que este é um processo comum e co-construído que pretende dar resposta às necessidades de contexto, sendo, deste modo, valorizada e validada toda a contribuição existente,

Os processos de desenvolvimento hão-de dirigir-se principalmente para a potenciação – o desenvolvimento – dos recursos de pessoas e grupos. Devem partir do que as pessoas sabem e do que as pessoas querem, e da forma como as pessoas se representam e organizam, para confrontá-las com os problemas e as oportunidades sociais, e as suas possibilidades e responsabilidades de participação num futuro próprio e comum (Santos Silva, 1999, p.161).

Estes objetivos e propósitos devem ter sempre em consideração a experiência do passado e a realidade presente: expectativas irrealistas e exageradas podem resultar em frustração, quando não têm em consideração a realidade do contexto e os recursos existentes. Isto não significa, porém, não haver uma vontade e uma utopia. Na verdade, o sonho é o que move e inspira a mudança, uma vez que

Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança. Por isso, venho insistindo [...] que não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-

se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado [...]. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio (Freire, 1994, p.91 citado por Zitkoski,2006, p.17).

3.2. CO-RECONHECIMENTO DAS POTENCIALIDADES E NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO

É fundamental que se identifiquem os recursos disponíveis (humanos, financeiros e materiais) e as potencialidades do contexto em apreço. Neste caso, as potencialidades elegidas como principais são as seguintes: trata-se de um grupo diverso e extenso, disponível para discussão e troca; a grande oferta cultural e educativa do contexto; o trabalho emancipador, alicerçado numa cultura atenta e politizada; nos valores e na ação predomina uma veia associativa extremamente notória e trabalhada; a comunicação é realizada de forma aberta entre os participantes, independentemente da sua posição e modo de participação dentro da UPP; a associação é encarada como espaço de encontro pelos participantes, sendo esta uma parte muito importante da vida dos mesmos, deste modo estes fazem por participarem e terem o papel o mais ativo possível dentro da UPP.

Renovação e ampliação

Desde a primeira interação com os participantes da UPP, no caso, membros da direção da associação, foram apontadas determinadas fragilidades, essencialmente focadas na divulgação do trabalho realizado dentro desta, e na ampliação dos participantes, especialmente ao nível da faixa etária. Sendo a UPP uma associação que visa a promoção da cultura segundo os princípios das universidades populares e os princípios defendidos por um dos grandes defensores destas, Bento Jesus Caraça, o seu papel passa por:

promover a cultura, nomeadamente junto das massas populares que têm menos acesso à cultura, e nós procuramos fazer isso sobretudo nas nossas atividades pós-laborais, porque nos horários laborais é difícil atingir esse objetivo, porque os trabalhadores, que geralmente

são quem tem mais dificuldades no acesso à cultura por várias razões como é sabido, estão a trabalhar e não podem participar, por exemplo, nos cursos de dia (Dirigente da UPP).

Contudo, os membros da direção reconhecem também que os cursos de dia são uma parte muito importante da UPP e por isso é necessário dedicarem mais atenção a estes, uma vez que:

o momento em que alugamos uma sede como esta, que tem uma renda de casa alta, em que temos o serviço administrativo com uma funcionária, além dos serviços também de limpeza, todo o equipamento que aqui está, despesas de manutenção, tudo isso obriga-nos a obter receitas, que essas despesas têm de ser cobertas por receitas. a grande fonte das receitas são os cursos de dia, e então os cursos de dia acabam por ser frequentados por pessoas que têm disponibilidade de horário, e disponibilidade financeira para pagar (Dirigente da UPP).

Estas problemáticas foram abordadas e discutidas em conversas com vários participantes da UPP, tanto alunos, como dirigentes e professores, em vários momentos, tanto numa fase mais inicial do projeto, com as entrevistas e conversas informais, sendo também problematizadas numa fase posterior, na tertúlia realizada. Tornou-se evidente que a falta de renovação de gerações e o envelhecimento dos participantes da UPP é uma preocupação dos mesmos, apesar de, tal como afirmam: “embora nós não sejamos uma universidade sénior, nós reivindicamos outro estatuto, mas não nos envergonha nada termos um papel também de apoio aos chamados seniores, às pessoas mais idosas” (Dirigente da UPP). A importância deste papel que a UPP desempenha é muito realçado por vários participantes, uma participante dos cursos de dia afirma que: “Eu acho que a UPP desconstrói muito os preconceitos que existem sobre a idade (· · ·) Sobre a inutilidade que vem com a idade.”

Diálogo intergeracional

Predomina, porém, o objetivo de romper com a perceção da UPP enquanto Universidade Sénior, realçando-se a importância do diálogo intergeracional e a importância de que as gerações mais jovens adquiram consciência não só do importante trabalho realizado dentro da associação, como da diversidade e riqueza dos testemunhos que se encontram na UPP, para discutirem, partilharem

e ouvirem as ideias que se trabalham dentro desta e também para perpetuarem o trabalho realizado. Prevalece, contudo, a ambiguidade entre as configurações institucionais, educativas e sociais características de uma Universidade Popular e de uma Universidade da 3ª Idade.

Comunicação e divulgação

No que diz respeito à comunicação e a divulgação, estas estão a ser realizadas através de posters afixados dentro da própria instituição e através do contacto via email, recorrendo-se a uma base de dados, já desatualizada, com mais de 1000 contactos. É essencial que se proporcionem novas formas de captação de participantes, através tanto da comunicação como da inovação, nomeadamente através da colaboração com instituições e associações diferenciadas, do modo a darem a conhecer as potencialidades da UPP.

Importa realçar a presença virtual da UPP nas suas atividades, existindo uma logística trabalhosa e esforçada para que todos os indivíduos que nelas participam remotamente consigam fazê-lo facilmente e com a qualidade devida. Existem múltiplos microfones e câmaras à disposição, bem como pessoas responsáveis por garantir que estes funcionam de acordo com o pretendido. Contudo, as dificuldades persistem e, tal como afirma Maria João Antunes:

apesar da extensão e diversidade da sua ação, em poucos momentos a instituição conseguiu diversificar os participantes. A maioria dos alunos dos cursos de dia da UPP são hoje trabalhadores reformados da função pública, do sector bancário e professores, e alguns estudantes universitários de licenciatura, mestrado e doutoramento, o que também releva um paralelismo com os públicos da primeira Universidade Popular do Porto (2016, p.53).

A dificuldade do uso de determinadas ferramentas multimédia, nomeadamente para a construção de cartazes, condiciona, por vezes, a realização de determinadas tarefas, sendo que, normalmente, os indivíduos que se encarregam destas funções possuem já um vasto leque de responsabilidades relacionadas com o bom funcionamento da UPP. Como referem, “neste tipo de atividade em instituições ou associações populares, sem fins lucrativos em que ninguém ganha nada, há sempre a tendência de envolver cada vez mais as pessoas que se mostram disponíveis”

(Dirigente da UPP). Desta forma, os participantes que se envolvem com mais intensidade são em número reduzido comparativamente ao número de tarefas existentes, resultado numa sobrecarga de tarefas para aqueles que se encontram mais envolvidos.

Existe também uma necessidade de serem reavivados os arquivos da associação, nomeadamente o Centro de Documentação e Informação. As questões mais frequentes em relação a esta necessidade passam pela reorganização e digitalização dos arquivos, nomeadamente das publicações, cartazes, exposições entre outras matérias que existem em formato físico na UPP, mas que estão paradas, e cuja história neste momento não está a ser contada.

Dilemas e dicotomias

É perceptível uma luta interna no que diz respeito à posição da UPP perante as fragilidades e preocupações apresentadas, em especial por parte da direção da associação. Esta luta apresenta-se em forma de múltiplas dicotomias. No que concerne à vontade de exposição e abertura da UPP, com enfoque na divulgação desta e na colaboração com outras entidades, existe um receio que se apresenta como entrave a esta abertura. Este receio advém do grande comprometimento político, cívico e intelectual da UPP. Se por um lado se considera de extrema importância e urgência divulgar a associação para se chegar a um maior número de pessoas, nomeadamente pertencentes a uma faixa etária mais jovem, por outro lado existe sentimento de dever para com os valores, a missão e todo o trabalho desenvolvido pela UPP, que acaba por agir como um impedimento a esta abertura e divulgação. Desta forma, apesar de se invocarem a trabalharem para a mudança, dá-se uma relutância a que esta aconteça, relutância essa que está ancorada no receio da subversão dos valores e das origens, e no compromisso que a UPP assume, o que leva à imobilização da ação.

Na UPP existe um compromisso muito forte para com os valores e trabalho realizados dentro da associação, por este motivo esta entra muitas vezes num conflito interno acerca daquilo sobre o que consideram relevante e urgente agir e a forma que o devem e podem fazer, este conflito e receio traduz-se muitas vezes numa paralisação da ação. Por exemplo, um dos objetivos da direção passa por abrir a associação de modo a captar participantes jovens, contudo não

conseguem encontrar um consenso acerca da forma como o devem fazer. Foram sugeridas plataformas como a rede social *Instagram*, para que consigam chegar mais facilmente aos jovens, ou até mesmo afixarem nas instituições de ensino superior convites para os eventos abertos que se realizam todas as semanas na associação, contudo existe o receio de que isto se traduza numa perda de informação e na captação de uma população que não se coaduna com os valores políticos, cívicos e intelectuais da UPP, no final todos estes dilemas e dicotomias resultam de um grande receio de perda de identidade que em muito advém da atual realidade política em que vivemos.

3.3. FINALIDADE, OBJETIVOS GERAIS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

Um projeto tem sempre por base um futuro desejado que (ainda) não existe. Deste modo, “projeto é a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas é também a expressão de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder.” (Guerra, 2007, p.126). Como afirma Boutinet (1990) a finalidade tem de se encontrar em consonância com os problemas e necessidades identificadas, mas num horizonte encaminhado para a possibilidade de mudança e de transformação social.

No caso, o futuro desejado do presente projeto, isto é, a sua finalidade, passa por “Intensificar o alcance cultural, educativo e transformador do contexto, no seguimento dos pressupostos emancipatórios e participativos inerentes à tradição da Universidade Popular”, indo ao encontro da conceção de Bento de Jesus Caraça, que afirma que a Universidade popular é uma forma de fazer desaparecer a oposição habitual entre cultura de elite e cultura popular, não havendo portanto, lugar a distinções, sendo a cultura única e exclusivamente cultura humana, revolucionária (Caraça, 1978).

Deste modo, finalidade do projeto está intimamente ligada à luta pela igualdade cultural e educativa, ao mesmo tempo em que pretende promover mudanças profundas e duradouras na sociedade e no contexto, alinhando-se a uma visão emancipatória e transformadora. Isto significa o intensificar do alcance cultural, educativo e transformador da Universidade Popular do Porto, no

seguimento dos pressupostos emancipatórios e participativos da tradição da Universidade Popular, envolve uma série de estratégias e práticas que visam expandir o impacto da universidade em diversos níveis, promovendo a inclusão, a participação ativa e o desenvolvimento social de diversas comunidades. Uma vez que a Universidade Popular tem uma forte ligação à ideia de educação como ferramenta de emancipação, no sentido de permitir que indivíduos e grupos desenvolvam consciência crítica, autonomia e participação plena na sociedade.

A intensificação deste alcance cultural, educativo e transformador passa por pressupostos relacionados com a acessibilidade e Inclusão, uma educação transformadora e emancipatória, uma participação ativa e comunitária, a valorização e a aposta nas parcerias e redes de colaboração bem como na diversidade cultural. Para conseguirmos promover e intensificar este alcance e esta educação transformadora, é importante adotar medidas inovadoras, que estimulem a reflexão, a colaboração e o pensamento crítico.

Em suma, intensificar o alcance da Universidade Popular do Porto é um desafio que envolve criar uma educação mais inclusiva, crítica e transformadora, que se baseie nos princípios da emancipação e da participação ativa, enquanto se expande para além dos muros da instituição, alcançando e impactando positivamente as comunidades ao seu redor.

A par desta finalidade que se encontra num horizonte utópico, há um caminho a ser percorrido e que é constituído e orientado por objetivos. Estes devem expressar nitidamente o que é pretendido alcançar, tendo em consideração os recursos existentes (Serrano, 2008).

O projeto está associado à capacidade de um ou vários sujeitos encontrarem o sentido da sua existência e das suas ações, e está implicado na resolução de uma pluralidade de problemas interligados. Existe assim uma intenção de transformação do real, guiada por uma representação do sentido dessa mesma transformação. Deste modo, os objetivos gerais apresentam as linhas gerais da ação e devem encontrar-se em concordância com a finalidade do projeto, por sua vez os objetivos específicos são delineados em complemento dos objetivos gerais e contribuem para a execução destes, indicando o que se pretende atingir de forma clara e concisa (Guerra, 2007).

Os objetivos do projeto foram pensados e desenhados do seguinte modo:

Objetivo geral 1 – Trabalhar as dinâmicas interpessoais dentro da UPP bem como a valorização dos participantes

Objetivo específico 1 – A associação deve ser capaz de proporcionar momentos e atividades de interação entre todos

Objetivo específico 2 – A associação deve ser capaz de reconhecer, incentivar e apoiar os diferentes níveis de participação, adotando uma postura mais atenta e flexível, para dialogar sobre as necessidades e desejos manifestados pelos participantes

Objetivo específico 3 – Os participantes devem ser capazes de partilhar histórias de vida, articulando-as com a história da democracia portuguesa e com a história da UPP

Objetivo geral 2 – Diversificar o trabalho comunitário trabalhando as relações da associação com o exterior

Objetivo específico 1 – Criar/ativar redes de interação entre a UPP e comunidade envolvente

Objetivo específico 2 – Os participantes devem ser capazes de promover o diálogo intergeracional

Objetivo específico 3 – A direção deve ser capaz consolidar redes de interação entre associados

Objetivo específico 4 – A associação deve ser capaz de promover o envolvimento dos participantes nas atividades e responsabilidades da UPP valorizando a participação ativa dos mesmos

Objetivo geral 3 – Valorizar e amplificar o acervo patrimonial da UPP, de forma coletiva, articulada e participada

Objetivo específico 1 – A direção deve ser capaz de reconhecer os dilemas e as dicotomias a par das potencialidades e das fragilidades que enfrentam e apresentam

Objetivo específico 2 – A associação deve ser capaz de revalorizar o seu património arquivístico

Objetivo específico 3 – A associação deve ser capaz de criar processos de valorização da sua memória coletiva, enquanto associação de Abril

Objetivo específico 4 – A associação deve ser capaz de promover processos de divulgação e comunicação com a comunidade adjacente/massas populares de modo a fomentar o alargamento e a diversificação dos participantes

3.4. AÇÕES, ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS

Após a definição dos objetivos gerais e específicos é essencial traçar um caminho a seguir para alcançá-los. Nesse contexto, surgiu uma das dificuldades mais significativas deste projeto, entre as dificuldades e preocupações apresentadas, a associação tinha um plano predefinido para a minha presença e participação relacionada à sua divulgação e à organização dos Arquivos, nomeadamente direcionada para o CDI. Essa situação gerou uma resistência inicial à introdução de novas ideias e atividades, exigindo a negociação de uma postura mais atenta e flexível, para dialogar sobre as necessidades e desejos manifestados pelo todo dos participantes. A estratégia adotada foi integrar-me na dinâmica habitual da associação e as suas atividades, participando nestas de modo a compreender e a conhecer as preocupações e as necessidades do grupo.

Em consonância com o pensamento de Boutinet (1990), a estratégia está relacionada à intenção de transformar a situação inicial durante o progresso em direção aos objetivos delineados, envolvendo a escolha de um estilo de ação específico e uma maneira de atuar. As estratégias incluíram reforço positivo e incentivo dos participantes a partilharem as suas inquietações, estímulo à comunicação e a introdução de novos desafios, bem como incentivar a participação dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas. Dessa forma, procurou-se dar um sentido prático à essência da Educação Social, onde o Educador Social deve ser capaz de desempenhar

diferentes funções, como ator, educador, mediador, mentor, técnico da relação, profissional de campo e agente de mudança, características que o tornam multifacetado (Veiga & Correia, 2009). Essa diversidade de papéis exige do Educador Social capacidades específicas, como a capacidade crítica, empatia, capacidades de relacionamento interpessoal, cooperação, diálogo, iniciativa, entre outras (Veiga & Correia, 2009).

O projeto não constitui uma lógica de atividades desenhadas e planejadas, este foi co-construído centrado numa presença, num diálogo, numa interação pouco delimitável na lógica da "atividade", mas sim numa lógica de ação. É possível percebermos o projeto alicerçado em duas ações distintas, contudo interdependentes. Uma primeira ação está focada na construção de conhecimento e no diálogo, sendo esta uma espécie de "abrir caminho", consistindo na mobilização dos atores sociais para a mudança. Esta ação deu-se desde o início do projeto, e exigiu uma troca constante numa lógica dialógica e de discussão, desconstrução e negociação.

Uma segunda ação está mais centrada na colocação em prática deste conhecimento construído, mobilizando os diferentes atores para uma prática. Assim, sendo possível perceber a distinção entre estas duas ações, não é possível delimitá-las uma da outra dado que estão conectadas e numa constante evolução conjunta. Deste modo, existem momentos fundamentais no projeto que estão associados a cada uma destas ações, contudo estes momentos interligam-se, acabando por se fundir, isto é, apesar da primeira ação se iniciar a par do início do projeto e evoluir, esta não evoluiu para dar necessariamente lugar à segunda ação, mas sim para permitir que esta aconteça, sendo ambas trabalhadas continuamente a par.

3.5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Em projetos que se guiam pela metodologia de IAP é comum existir um cronograma sobre o qual o projeto se guia e é planejado, neste planeamento o desenvolvimento do projeto ocorre depois da realização do desenho, contudo, no caso do projeto "Universidade Popular do Porto – Entre lutas e resistências pela democracia", isso não se verifica. O desenvolvimento do projeto dá-se desde a primeira interação com o contexto, desta forma "A sua proposta concetual aponta para uma metodologia que rompe com os formalismos epistemológicos e investigativos" (Monteiro et al, 2024, p.39), uma vez que esta fase de desenvolvimento é "extemporânea" (Monteiro et al, 2024,

p.39) porque não aconteceu após a concretização do desenho, mas desde o primeiro diz que se iniciou o projeto.

É essencial, enquanto investigadores e interventores sociais estarmos presentes e de forma ativa e comprometida com a transformação, de modo a conseguirmos alcançar um desenvolvimento significativo dentro da realidade/contexto em questão. Por conseguinte, adotando esta postura, acredito que o processo de mudança teve início assim que se começou a entender os primeiros aspetos da realidade. Procurarei, portanto, retratar, da maneira mais fiel possível, o desenvolvimento das ações do projeto e das atividades, tendo sempre em consideração as perceções dos diferentes intervenientes, explicando as diversas atividades realizadas e os seus impactos na dinâmica desta realidade social.

3.5.1. 1ª AÇÃO – O CO-RECONHECIMENTO DA REALIDADE EM QUE ATUAMOS

O diálogo é o caminho para conhecer a realidade natural e humana, é espaço para a construção do saber e, por isso, é o principal recurso para uma educação e uma investigação que não objetifica, que visa a emancipação. E, se assim o é, implica numa metodologia igualmente dialógica, conscientizadora que apreende os temas concretos, vividos e sentidos pelos sujeitos (uma metodologia participativa e transformativa) (Monteiro et al, 2024, p. 141).

No dia 2 de novembro de 2023 deu-se a primeira reunião relativa ao desenvolvimento do projeto na Universidade Popular do Porto. A ideia e o conceito deste foi recebida com muita abertura e curiosidade, mas também com uma expectativa pré-concebida daquilo que se viria a fazer, havendo uma espécie de previsão e planeamento de um projeto idealizado, de uma lista de afazeres e de um programa de atividades. Este planeamento estava predominantemente direcionado para a divulgação da associação, bem como do trabalho que esta desenvolve, tendo em vista a captação de novos participantes, outro plano de trabalho estava direcionado para a organização dos arquivos. Com isto, surgiu a necessidade de ser trabalhada conjuntamente aquilo

em que consiste um projeto de investigação-ação participativa e, também, de se negociar, dialogar e gerir as expectativas já construídas.

Importa referir que o desenvolvimento do projeto teve um acompanhamento constante de dois membros da direção da UPP, estes tiveram um papel fulcral ao longo da realização deste projeto, especialmente no impulsionar da construção das relações e do entendimento dos papéis dos participantes bem como do funcionamento da UPP. Este entendimento refere-se tanto a aspetos mais formais e técnicos das atividades aqui desenvolvidas, como horários, aulas, documentos que consideraram pertinentes partilhar, como os estatutos, trabalhos realizados para e na UPP, planos de atividades, planos de trabalho, entre outros, como também a aspetos mais informais, como apresentação aos membros da UPP e às instalações, algumas dinâmicas relacionais dentro da associação, responsabilidades atribuídas a determinados participantes, e alguns contactos destes.

A par de toda esta informação e apresentação realizada no início do projeto, existiram reuniões semanais com estes dois membros da direção que participaram ativamente na construção deste. Estas reuniões foram muito importantes, em especial para a construção da primeira ação, uma vez que contribuíram para a solidificação do conhecimento, gestão de expectativas, troca de perspetivas sobre a forma como o projeto se estava a desenrolar e sobre a minha presença na associação, entre outros inúmeros aspetos, preocupações e ideias que surgiam todas as semanas e que eram neste espaço partilhados, indo ao encontro de Freire que afirma “não é no silêncio que os homens se fazem, mas nas palavras, no trabalho, na ação reflexão” (2018, p.108).

A primeira atividade na qual participei deu-se após dois dias da primeira reunião. Tratou-se do Seminário “O movimento dos trabalhadores e o 25 de abril” (Anexo E) que fez parte das comemorações dos 50 anos do 25 de abril desenvolvidas pela UPP. Esta atividade foi muito relevante no que diz respeito à construção do meu entendimento sobre a dinâmica da UPP, através desta foi possível perceber o comprometimento que a associação tem em relação à sua missão e valores sociais, políticos, civis e intelectuais, “A UPP atribui a si própria a responsabilidade marcante em termos de intervenção em diferentes espaços de participação social” (Pacheco et al, 2004, p.50).

O objetivo deste seminário passou por aprofundar o conhecimento do papel das lutas dos trabalhadores que a história assinalou como essencial às conquistas de Abril bem como perceber qual pode ser esse papel na atualidade, realçando o facto de que, cinquenta anos depois do 25 de Abril, há problemas que persistem e novos problemas que precisam de resposta, com os valores de Abril. A participação nesta atividade foi livre e gratuita, contando com cerca de um total de 50 participantes. Desde o primeiro momento foi perceptível uma dinâmica própria entre vários participantes, que claramente possuem confiança e laços de amizade, apesar de ser evidente a existência de vários pequenos grupos, é também a pertença dos participantes a um grupo mais generalizado, – que é o grupo geral de participantes da UPP, seja qual for o tipo de participação – este grupo depende da interação entre os seus indivíduos e da existência de objetivos comuns, no caso a procura pela formação cívica emancipatória e um espaço de partilha e discussão crítica.

Tive também a oportunidade de frequentar e participar em algumas aulas de cursos da UPP, assim como conferências, seminários, apresentações de livros, entre outros, o que foi crucial para aprofundar no meu entendimento acerca da ação da UPP e demais aspetos adjacentes. Consoante a participação nos diferentes cursos foi possível verificar grandes diferenças na dinâmica dos grupos que frequentam as aulas, bem como nas suas características e também em relação ao formato do curso, nos quais os professores utilizam abordagens metodológicas diferentes. É exemplo desta diferenciação o curso sobre a crise alimentar (Anexo F), que aconteceu em horário pós-laboral, a divulgação deste foi limitada uma vez que foi um curso algo espontâneo que surgiu da relação da associação com a orientadora do curso e devido ao grande interesse de alguns participantes – que envolvia maioritariamente dirigentes da UPP assim como participantes ativos com vasto conhecimento na área da nutrição e alimentação. As sessões deste curso combinaram momentos expositivos e de discussão, havendo uma grande valorização das contribuições ricas realizadas pelos participantes.

As conversas informais que se deram em espaço de aulas de determinados cursos, que comecei a frequentar logo de início, contribuíram em grande parte para perceber algumas dinâmicas relacionais e também para me relacionar com alguns participantes, sendo perceptível, como afirma uma participante dos cursos “há interesses comuns, acho que são pessoas que têm duas características que acho fundamentais, que são a vontade de aprender/o entusiasmo e a curiosidade”. A partir destas conversas e da participação nas aulas foi também possível perceber

os diferentes formatos em que cada curso é lecionado e aos diferentes objetivos e perspetivas que os respetivos participantes e alunos possuem.

Inicialmente o espaço prévio ao início de cada aula proporcionou várias conversas com os participantes, acontecendo também durante o período das mesmas quando havia oportunidade para tal e quando o professor abria espaço para que estas acontecessem. Nas primeiras aulas a tendência para que estas conversas acontecessem durante o período da aula era maior, uma vez que os professores asseguravam que eu era apresentada à turma, e faziam por garantir que a turma pudesse perceber como surgiu a minha presença e participação dentro da UPP. Estas conversas ajudaram a criar algumas relações com os participantes, dando espaço para que outras interações acontecessem fora do espaço da aula e para a realização de algumas entrevistas que foram extremamente importantes como um meio para o conhecimento, sendo também uma ferramenta de recuperação e preservação de património imaterial.

Através destes contactos e também das entrevistas, foi possível perceber a valorização que os participantes atribuem ao associativismo, ao sindicalismo e à discussão, uma participante dos cursos de dia afirmou que: “sinto que é realmente muito importante os sindicatos, esta ideia das pessoas se encontrarem de conversarem sobre outros assuntos, sobre como mudar, como fazer a mudança também no grupo”. A grande maioria dos participantes possui, um grande vínculo associativo e ativista, procurando espaços onde possam debater com os seus pares, expondo ideias bem como possíveis planos de ação, como afirma um dirigente e professor da associação:

Praticamente desde a participação na guerra colonial que adquiri alguma consciência política, não só devido aos factos em si da participação da guerra como das reflexões que ia fazendo, das leituras que ia fazendo, acabei por assumir posições antifascistas, anticolonialistas e isso implicava sempre, na altura do fascismo, a procura de participação onde ela fosse útil, e era útil sobretudo e possível, embora com muitas dificuldades, em associações populares e sindicatos (Dirigente da UPP).

Importa abordar a função do intelectual como um agente transformador e mobilizador dentro do processo político e social que se seguiu à Revolução de abril e que está tão presente na UPP. A Universidade Popular do Porto é, por essência, um espaço de democratização do conhecimento,

onde a educação é vista como um direito de todos, não restrita a uma elite, procurando ser um espaço onde se cruzam saberes académicos e saberes da vida quotidiana, promovendo a inclusão e a participação de diferentes segmentos da sociedade.

Desta forma, o trabalho desenvolvido na UPP contribui para a democratização do saber, rompendo com a exclusividade da educação superior, apoiando-se numa educação que reflita as necessidades e realidades locais, e que vise formar cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade. Tudo isto corresponde ao legado do movimento intelectual da Revolução dos Cravos, que valorizava o pensamento crítico e a participação ativa. Deste modo, a UPP não se limita ao ensino, mas envolve a promoção de atividades que estimulam a participação cívica. É notório que a função do intelectual na fusão de abril e a atuação da Universidade Popular do Porto são intrinsecamente ligadas aos ideais de democratização e inclusão que emergiram após 1974. Consequentemente, a universidade popular representa um espaço onde a transformação social e a valorização do saber popular podem acontecer de forma concreta, contribuindo para a concretização de uma sociedade mais justa e igualitária.

A questão da divulgação e da captação de novos participantes foi abordada pelos dirigentes ao longo de todo o projeto como uma problemática e uma fragilidade da associação, a comunicação e divulgação é predominantemente realizada através do *Facebook* da associação e de uma base de dados de contactos que possui mais de mil emails e que se encontra desatualizada, aqui foi encontrado um dilema entre o querer abrir e dar a conhecer a associação a uma população mais jovem e o compromisso para manter esta fiel aos seus participantes de longa duração e aos seus valores políticos, cívicos e intelectuais. Surgiu a ideia de se realizar uma divulgação em instituições de ensino superior, contudo esta não avançou pelo receio de se chegar a um número elevado de possíveis participantes, o que se poderia traduzir numa sobrecarga das instalações e recursos da UPP.

Contudo, é notório que a divulgação acaba por acontecer, em grande parte, através da rede de conhecimentos e conexões da própria UPP e dos seus participantes, isto verifica-se tanto há duas décadas, como explica uma participante dos cursos,

já vai há muitos anos. A UPP surgiu porque uma colega minha (...) estava a frequentar e falou-me disto e eu vim cá. E pronto, eu não tive nenhuma dúvida em me inscrever na UPP e estou aqui já (...) há mais de 20 anos.

Assim como recentemente, como afirma outra participante dos cursos,

Mas o ano passado [2022], foi no verão, uma pessoa amiga falou-me de uma universidade popular, que eu não percebi muito bem se era uma universidade daquelas seniores, (...) fui eu à internet e procurei, e descobrir a universidade popular, (...) entretanto uma amiga comum depois falou-me e tal (...)

TERTÚLIA “CONSTRUINDO O CONHECIMENTO DA REALIDADE”

Logo desde o início da construção do projeto, através das conversas intencionais e da observação participante, foi possível perceber que alguns dos participantes da associação gostariam que a UPP abrisse espaço para que estes se envolvessem mais na discussão, planeamento e realização de atividades. Tendo em consideração esta questão, e após percebermos como seria possível encontrar um espaço onde os participantes pudessem partilhar as suas ideias, surgiu a ideia de se realizar uma tertúlia aberta, para que todos aqueles que estivessem interessados pudessem participar, não havendo assim uma limitação a qualquer participante, deste modo, a tertúlia foi pensada como

Encontro de pessoas para dialogar que promove a construção coletiva de significado, além da aproximação com a cultura clássica universal e o conhecimento científico acumulado pela humanidade ao longo do tempo. Favorece a troca direta entre todos os participantes sem distinção de idade, gênero, cultura ou capacidade. Essas relações igualitárias envolvem a solidariedade, o respeito, a confiança, o apoio, em vez da imposição. (Comunidade de aprendizagem, s/d, p.1)

A tertúlia foi o ponto de viragem do projeto, uma vez que foi a partir desta que o projeto passou da teoria, da “negociação”, para a ação mais concreta e visível. Inicialmente houve alguma resistência à realização desta conversa aberta, dado que poderia ser uma “logística complicada”. Vários

entraves foram colocados à realização da tertúlia, mesmo após haver um consenso acerca da importância que esta poderia significar para a atividade da UPP e para os seus participantes, o seu agendamento foi dificultado por várias circunstâncias. Na primeira tentativa de realização esta foi marcada apenas com cinco dias de antecedência, sendo o número de presenças confirmadas muito reduzido. Com isto, a tertúlia foi remarcada cerca de três vezes, dado que das outras vezes alguns participantes que a direção da UPP considerava cruciais para o desenvolvimento e discussão na tertúlia não conseguiram estar presentes. A tertúlia acabou por acontecer, não existindo, no entanto, a abertura inicialmente idealizada, uma vez que a tertúlia foi divulgada para um grupo de pessoas pré-definido e restrito. Apesar desta seleção, estiveram presentes na Tertúlia um vasto número de pessoas, que possuem níveis de participação muito distintos dentro da associação, desde alunos, professores, dirigentes, sindicalistas e outros associados.

A tertúlia realizada veio assim dar espaço e força para a promoção do envolvimento dos participantes nas atividades e responsabilidades da UPP, bem como à valorização da participação ativa dos mesmos. Prevaleram duas ideias: a vontade e a urgência de “ouvirmos os mais novos e deixá-los falar”, apontando para a necessidade de se abrirem portas e caminho para que se formem novas parcerias e se divulgue o trabalho realizado na UPP, e, uma vez mais, a necessidade de captar novos participantes, no entanto, com o intuito de fazermos a UPP chegar a estes participantes (na generalidade, inserido num faixa etária mais jovem e também no mercado de trabalho), e não o contrário. Deste modo, foi discutida a necessidade e urgência da associação se tentar inserir nos espaços e tempos destes possíveis participantes, que se encontram disponíveis predominantemente em tempos pós-laborais. Em suma, esta urgência traduz-se na necessidade de se encontrarem formas de se fazer esbater a oposição entre cultura de elite e cultura popular, tornando a UPP acessível e alcançável a todos, procurando ir ao encontro dos valores e práticas da universidade popular da 1ª República:

Por seu lado, instituindo-se como Escola-outra, a Universidade Popular quer conduzir os seus alunos ao grau mais elevado de participação na vida do Universo, que é o máximo de cultura possível, de modo a que as suas existências e trabalhos possam ser enriquecidos por essa experiência simultaneamente pedagógica, cultural e cívica (Pita, 1989, p.269).

Após a realização da tertúlia houve uma constante troca de ideias acerca de alguns tópicos que nesta foram abordados. Na semana que se seguiu, alguns participantes da UPP vieram demonstrar-me o descontentamento por não terem conseguido participar nesta, uma vez que foi realizada a um sábado e, como afirmou uma aluna e participante ativa da UPP, “já passamos aqui a semana toda, entre aulas e conferências, ao fim de semana temos que estar com a família”. Foi discutida a possibilidade de ser realizada uma nova tertúlia durante a semana, contudo, até ao momento, não foi possível encontrar um momento compatível para esta acontecer, devido ao horário preenchido da associação. Entre aulas (em horário laboral e pós-laboral), conferências e eventos, não haveria sequer uma sala livre que correspondesse às necessidades físicas deste tipo de atividade. Contudo, ficou a vontade e a promessa de se voltar a realizar uma atividade idêntica num futuro próximo.

3.5.2. 2º AÇÃO – DA NEGOCIAÇÃO À AÇÃO

Esta segunda ação representa a entrada mais evidente na prática. Na sequência de todo o processo de construção de saberes, o projeto avançou para a realização de atividades pensadas e negociadas, acionando os diversos conhecimentos que, até então, foram dialogicamente trabalhados e discutidos. Deste modo, o objetivo desta ação foi fazer com que os conceitos, ideias e paradigmas trabalhados e discutidos ganhassem forma e vida, com os recursos da associação. As atividades desenvolvidas visaram a formação, a inclusão e a reflexão crítica em torno dos temas abordados.

Sendo esta ação o desdobramento de um trabalho anteriormente realizado, o conhecimento construído na ação anterior serviu de base e inspiração para moldar toda a abordagem. Desta forma, tornou-se ainda mais evidente que, quando realizamos um projeto de educação e intervenção social, deve haver um permanente diálogo e discussão com os participantes do contexto, de modo a ser possível, em conjunto, fazer a mudança, transformando os saberes em ações efetivas.

AULA DE LINGUÍSTICA “ECOS DA PALAVRA”

Contextualizemos, com as palavras escutadas aos atores sociais em contexto. Segundo um dirigente e professor da UPP,

era essencial, para nós, mantermos os princípios que procuramos. Enfim, implementar a cultura junto das massas populares. Eu acho que era fundamental nós diversificarmos a população que usufrui, que participa aqui na UPP (...) por vezes tem-se conseguido numa ou noutra iniciativa, mas é mais raro, tem havido várias dificuldades nesse campo

Com a repetida menção a essa dificuldade, que os participantes, dirigentes e professores reiteram em relação à associação, surgiu a atividade "Ecos da Palavras", realizada em parceria com o projeto de mestrado da minha colega Ana Lúcia Pereira. O projeto da Lúcia foi desenvolvido numa instituição educativa com um grupo onde predominavam as dificuldades em leitura e escrita, num contexto clássico de alfabetização de pessoas adultas. O interesse pela colaboração surgiu na sequência da minha apresentação de projeto, em contexto de seminário. Numa conversa informal, percebemos, devido ao nosso mútuo interesse, que a colaboração poderia ser benéfica para ambos os grupos e instituições. Essa colaboração ganhou forma numa aula de Linguística na UPP, com o professor a desempenhar um papel essencial na sua conceção, uma vez que, após apresentar à Lúcia o formato da aula e a abordagem aos temas realizada nesta, consideramos este o contexto ideal para a realização (Anexo G).

Enquanto a colaboração para o projeto da Lúcia significava ampliar horizontes para os participantes, demonstrando que a aprendizagem pode ocorrer em diversos contextos educativos e geográficos, para a UPP representava uma oportunidade para explorar novas formas de atuação e estabelecer novas colaborações, ampliando a visão sobre o seu espaço de ação, regressando à matriz "popular" colocada como problema comum às universidades populares de todas as épocas. A construção e discussão de ideias que levaram à realização dessa sessão foram bastante ricas, evidenciando que o encontro e a participação colaborativa podem traduzir-se em variados e criativos espaços de ação. Todos os participantes perceberam a importância de ampliar as relações externas e abrir-se a estabelecê-las. Como o professor que coordenou essa colaboração destacou,

os alunos alfabetizados da UPP – a maioria com formação superior – reagiram positivamente à apresentação dos colegas não alfabetizados. De facto, a escrita é uma tentativa de representação dos sons da língua, que, por sua vez, representam ideias sobre o mundo. Por tudo isso, considero a ideia e a execução muito positivas, mostrando que é útil, de vez em quando, pensar fora do habitual e experimentá-lo.

Constatámos que ambas as organizações partilhavam semelhanças: centravam-se na educação não formal, organizavam sessões conduzidas por voluntários e, embora fossem predominantemente frequentadas por adultos mais velhos, buscavam incluir a maior diversidade de participantes possível. Contudo, a associação educativa foca em indivíduos que iniciam o processo de alfabetização ou que desejam desenvolver competências básicas, enquanto a UPP possui um grupo relativamente homogéneo, em geral, com qualificações elevadas. Para fomentar uma colaboração eficaz, organizámos três reuniões de planeamento, nas quais participaram, além de nós, duas dinamizadoras da associação educativa e o professor de Linguística. Todos contribuímos com ideias, sendo evidente o desafio que o professor sentiu em liderar uma sessão de linguística para um grupo com diferentes níveis de escolaridade e literacia. Essas reuniões foram fundamentais para alinhar expectativas e objetivos, assegurando uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos, reafirmando o espírito de solidariedade da equipa em relação ao desejo por aprendizagem. A sessão ocorreu em 28 de maio de 2024, quando o grupo da associação educativa (composto por seis adultas aprendentes e quatro dinamizadoras) visitou a UPP, sendo recebidos por mim e encaminhados para a sala onde a aula de Linguística é habitualmente lecionada.

A sessão teve início com um exercício de dinâmica de grupo inspirada em jogos dramáticos, conduzida pela Lídia, cujo objetivo foi quebrar o gelo entre os dois grupos e promover um ambiente de descontração e igualdade. Durante a sessão, o professor abordou a evolução e os desafios da linguagem, sublinhando a importância da comunicação não verbal e da oralidade na transmissão de conhecimento, além de partilhar curiosidades sobre alfabetos e dialetos, o que nos envolveu. Nesse contexto, enfatizou que a palavra escrita não é um fenómeno natural, exigindo um esforço cultural significativo. Aproveitando a experiência do grupo da associação educativa no programa Erasmus+, em que esteve envolvido, explicou que as letras são "apenas" representações gráficas de sons que transportam ideias e narrativas históricas, e não devem ser desconsideradas. Na sua

explicação, mencionou que todos nós já possuímos um pouco de conhecimento linguístico à medida que dominamos certos códigos de comunicação (fonética, morfologia...). As suas explicações mostraram o quão longo e complexo é o processo de alfabetização, confortando as participantes em relação às suas dificuldades, valorizando os seus esforços e reconhecendo o saber popular e experiencial, incentivando-as a prosseguir no desenvolvimento dessas competências, cada vez mais requisitadas.

Os participantes da UPP demonstraram entusiasmo em relação à sessão, considerando-a muito interessante e destacando que a presença do grupo externo tornou a dinâmica mais produtiva, com a troca de experiências culturais e diferentes níveis de escolaridade e literacia. Eles interpretaram esta iniciativa como uma troca desejável de perspectivas a ser repetida, construindo uma comunidade de aprendizagem em que todos aprendem uns com os outros. Em suma, esta atividade constituiu mais um momento de consciencialização sobre o processo que nos unia, exemplificando a importância de criar espaços de diálogo e reflexão, valorizando os distintos percursos de vida e académicos dos participantes, comprometendo-se com uma educação inclusiva. Além disso, pelo feedback positivo e pelas perspectivas apresentadas, acredito que a atividade fortaleceu a colaboração entre as associações, promovendo uma aprendizagem colaborativa que sustenta a autoestima e o bem-estar dos envolvidos, afirmando-se como um processo social que qualifica.

EXPOSIÇÃO “45 ANOS, 45 PAINÉIS”

No início do ano 2024 fui convidada pela direção a participar na organização e realização das celebrações dos 45 anos da UPP, nomeadamente na realização da exposição que se inaugurou no dia em que a associação celebrou 45 anos. Este convite surgiu com o intuito da exposição ser realizada através de um olhar “fresco e renovado”, de modo a ser selecionado um conjunto de peças historicamente relevantes e variadas. Desta forma, o requisito da seleção era que fossem escolhidos 45 cartazes – sendo este número alusivo ao número de anos de existência da associação – de cursos, conferências, palestras e todos o tipo de atividades que a UPP desenvolveu ao longo dos seus 45 anos de vida.

A partir deste convite surgiu a possibilidade de contar a história da UPP contando também com a colaboração dos participantes da associação, de modo que a exposição refletisse as memórias das pessoas que por ali passaram ao longo da sua existência. O objetivo desta exposição foi assim representar não apenas os feitos da associação, mas também as memórias e histórias que moldaram a sua trajetória.

Desde o início, o objetivo foi que a exposição fosse um reflexo da vivência dos membros da associação, para isso foi crucial envolver diferentes participantes no processo. Para este efeito, fui falando com alguns membros acerca de alguns cartazes que encontrava e os participantes contavam-me a relevância daquela atividade. A organização da exposição deu-se no sótão da associação, onde estavam guardados a maioria dos cartazes e documentos que podiam ser utilizados na exposição. Por vezes alguns membros da direção juntavam-se a mim para perceber como estava a decorrer a organização e seleção das peças que seriam expostas. Estes momentos foram cruciais para que estes membros me dessem a sua perspectivas sobre a seleção e me contassem histórias que os cartazes os faziam recordar, levando a que esta exposição contribuísse para a narrativa coletiva da associação.

Enquanto trabalhava na exibição de cartazes que continham convites para eventos, documentos, capas de livros, homenagens a grandes personalidades que possuem um grande significado para a UPP, fui entrelaçando as histórias que os membros compartilharam comigo e que me levaram a perceber melhor a essência da UPP e a sua história. Foram criados alguns painéis temáticos que não apenas descreviam feitos, mas traziam à tona os sentimentos e as relações que tornaram a associação o que é hoje. Deste modo, era pretendido que cada item exposto falasse não apenas do passado, mas também do futuro da UPP, mostrando a relevância, a pertinência a atualidade de muitos dos temas trabalhados e reivindicados pela UPP ao longo da sua existência. A exposição não foi apenas uma celebração do passado, mas uma ponte para o futuro.

A exposição comemorativa dos 45 anos da UPP, intitulada de "45 anos – 45 painéis" por expor 45 cartazes, um por cada ano da vida da UPP, procura, através do que tem sido a atividade cultural e social da UPP ao longo de tão frutíferos anos, perspetivar um futuro ainda mais ativo desta associação. A partir dos painéis selecionados, procurou-se refletir acerca do significado das atividades realizadas pela associação e também expor a multitude de projetos e intervenções que

esta tem vindo a realizar ao longo da sua vida. A exposição foi aberta ao público no dia 29 de junho, sendo nesta data realizada também a conferência: "Contributos para conhecer a história da UPP," com António Laúndes, sociólogo e professor da UPP, participante em diversos grupos de estudo-investigação e antigo dirigente da UPP, Sérgio Vinagre, médico e Presidente da Direção da UPP e Vitor Ranita, metalúrgico, ex-dirigente sindical dos metalúrgicos, da União dos Sindicatos do Porto e da CGTP, sócio fundador da UPP e ex- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UPP. Posteriormente, a 14 de outubro de 2024, foi realizada uma visita guiada à mesma pelo presidente da associação (Anexo H).

Alguns dos cartazes que fizeram parte desta exposição referiam-se a:

- Seminário "Memórias do Trabalho: Arquivos Sindicais e História Oral" realizado e, 2003 no Arquivo Distrital do Porto
- Convite para debate "A Educação ao Longo da Vida", com homenagem aos sócios honorários fundadores da UPP, finalizado com Jantar-Convívio de encerramento de Ano Letivo, em 1997
- Colóquio/Debate "O 1º de Maio de 82 no Porto e a resposta Popular", realizado em 2021
- Exposição coletiva do Curso de Desenho e Pintura de 2015/2016
- Sessão evocativa Óscar Lopes, realizada em 2017

Entre muitas outras peças alusivas a temáticas que atualmente possuem a mesma ou ainda mais relevância política, cívica e social. Deste modo, a exposição constituiu um contributo para o conhecimento e discussão da história interventiva da UPP, bem como um contributo para a discussão da atividade presente e futura.

4. AVALIAÇÃO

De modo a iniciar este capítulo da avaliação importa referir que num projeto de Investigação-ação participativa a avaliação deve ser realizada de forma consciente e conjunta com os participantes do contexto, e também de modo contínuo ao longo de todo projeto, uma vez que “a avaliação acompanha qualquer prática. Ela não se apresenta, simplesmente, na fase terminal, mas através de diferentes avaliações pontuais, que constituem outras tantas avaliações intermédias, a prática toma melhor consciência daquilo que faz” (Boutinet, 1990, p. 267). Deste modo a avaliação num projeto de investigação-ação participativa deve ser conduzida de modo a promover a reflexão crítica, a aprendizagem coletiva, sendo co-realizada e co-construída com os participantes do próprio contexto.

Para a avaliação do presente projeto todos os participantes estiveram de alguma forma envolvidos no processo avaliativo, em especial os dois membros da direção com os quais houve uma maior colaboração em projeto. Neste processo foram realizadas discussões em grupo, conversas intencionais e reuniões onde foi possível que todos expressassem as suas perceções e experiências. Deste modo, houve um feedback contínuo por parte dos participantes, o que permitiu durante todo o projeto, nas perspetivas de ação e pensamento, novos ajustes e também um ambiente de aprendizagem colaborativa. Com esta avaliação contínua foi possível ter uma melhor perceção do desenvolvimento do projeto que foi sempre sendo ajustado conforme as necessidades do contexto.

Deste modo, Cembranos et al., (2001) sintetiza de modo completo e elucidativo as várias condições que a avaliação deve considerar para que seja útil na intervenção e, ao mesmo tempo, prática. Isto implica uma flexibilidade metodológica, significando que não existe um único modelo de avaliação, mas sim uma variedade de métodos que devem ser ajustados aos diferentes momentos do projeto. A capacidade de resposta da avaliação é crucial, não existindo modelos pré-definidos, sendo que esta deve adaptar-se a cada situação específica. A sensibilidade social é igualmente uma condição a ter em conta, devendo refletir os interesses de todos os intervenientes. É também fundamental a criatividade ao longo deste processo, uma vez que é necessária a escolha e adaptação de estratégias significativas. A importância da participação é

uma condição intrínseca a este processo. Além disso, a continuidade e a temporalidade são relevantes, pois a avaliação deve ser efetuada ao longo de todo o projeto e em momentos adequados. Por último, o realismo deve ser considerado, ajustando o tempo e os recursos disponíveis e estabelecendo prioridades (Cembranos et al., 2001). Em suma, a avaliação num projeto de investigação-ação participativa deve ser dinâmica, inclusiva e reflexiva, permitindo que todos os participantes aprendam com o processo e contribuam para a construção do conhecimento coletivo.

No presente projeto, procurou-se adotar princípios do método de Avaliação Responsiva desenvolvido por Stake (2011). Este modelo sublinha a importância de manter comunicações contínuas entre o avaliador e as diversas audiências, reconhecendo que as intenções da avaliação podem evoluir. A conceção tradicional de avaliação, segundo Stake (2011), é considerada limitada e mecânica, uma vez que tende a centrar-se apenas na análise de programas já implementados, em vez de servir como um guia para o desenvolvimento desse planeamento ao longo do seu desenvolvimento.

A Avaliação Responsiva é caracterizada por ser pluralista, flexível, interativa, holística e subjetiva. Stake recomenda que os avaliadores trabalhem regularmente com os vários participantes dos contextos, procurando atender às suas diferentes necessidades de avaliação. Deste modo, é necessário considerarmos que as avaliações devem auxiliar os indivíduos a observar e melhorar suas práticas. Para isto, segundo Stake (Stufflebeam & Shinkfiel, 1999, como citado em Oliveira 2020) é necessário estarem garantidas determinadas condições, tais como:

- As avaliações devem ajudar as audiências a observar e a melhorar o que estão a fazer;
- Os avaliadores devem escrever os programas em relação aos antecedentes e às operações, bem como aos resultados;
- Os efeitos secundários e os resultados acidentais devem ser tão importantes como os resultados pretendidos;
- Os avaliadores devem evitar apresentar conclusões finais sumárias, devendo antes recolher, analisar e refletir os pareceres de um vasto leque de pessoas interessadas no tema da avaliação;

- Referindo-se à ação educativa especificamente, Stake (2011) refere que as experiências e os testes regulares são muitas vezes inadequados ou insuficientes para satisfazer os objetivos de uma avaliação, devendo frequentemente ser substituídos ou complementados com uma variedade de métodos, incluindo os métodos suaves e subjetivos.

O método da avaliação responsiva está organizado em várias etapas, e com estas pretende-se superar uma visão de avaliação que se preocupe principalmente com a validade dos resultados de um projeto. Em vez disso, propõe-se um processo que considera as diferenças individuais, reconhecendo que estas podem resultar das contingências antecedentes que afetam cada indivíduo.

As etapas são (Stufflebeam & Shinkfield, 2007, como citado em Oliveira, 2020, p.19): “a) descrição e juízo de um programa; b) distintas fontes de dados; c) análise da congruência e das contingências; d) identificação das normas pertinentes e as opostas; e) múltiplas utilizações das avaliações”. Entre as várias vantagens da Avaliação Responsiva para este projeto, destacam-se a intencionalidade de auxiliar o contexto em avaliação a reconhecer os avanços e recuos que enfrentam, bem como a promoção de um processo de comunicação com os participantes durante o desenvolvimento do projeto. Isto foi particularmente vantajoso uma vez que o “Estar em projeto” potenciou a ação, proporcionando um recentramento da discussão coletiva sobre a missão da associação, bem como sobre o seu alargamento e alcance, particularmente na realização da tertúlia, onde se abriu espaço para se discutir desafios e problemáticas de um modo democrático. Para além disto, o “Estar em projeto” contribuiu também para a valorização de diferentes tipos de participação e participantes, nomeadamente com a realização da tertúlia e com a execução e organização da exposição do aniversário da UPP.

Através da realização da tertúlia bem como da exposição “45 anos, 45 painéis” foi possível trabalhar as dinâmicas interpessoais dentro da UPP bem como a valorização dos participantes. Na tertúlia, em particular, foi possível abrir espaço para interação entre os participantes, no qual ocorreu um co-reconhecimento das dicotomias e fragilidades que a associação enfrenta, havendo espaço para que fossem partilhadas as preocupações dos participantes e sugeridos planos de ação. Nesta atividade foi evidente a adoção de uma postura atenta e flexível, facilitando

o diálogo sobre as necessidades e desejos manifestados pelos participantes. Através da organização da exposição aconteceu um valorizar e amplificar o acervo patrimonial da UPP, de forma coletiva, articulada e participada, abrindo-se espaço para que os participantes partilhassem as suas histórias de vida, articulando-as com a história da democracia portuguesa e com a história da UPP. Através da atividade "Ecos da Palavra" foi possível diversificar o trabalho comunitário e trabalhar as relações da associação com o exterior, sendo criada uma rede de interação entre a UPP e a associação de alfabetização de adultos. É de realçar, contudo, a necessidade de equilíbrio entre a manutenção dos valores fundamentais da UPP e a necessidade de se adaptar às exigências contemporâneas, que se apresenta como um dilema a ser navegado cuidadosamente.

Para melhor explicar o impacto e significados deste projeto de intervenção e educação social na UPP considero crucial mencionar a candidatura ao concurso da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT): "O 25 de Abril e a democracia portuguesa" com o projeto "Construir a Democracia Participativa – Associações populares", para a qual tive a oportunidade de contribuir. Este trata-se de um projeto multidisciplinar que procura contribuir no aprofundamento de conhecimentos sociológicos, históricos e educativos sobre o movimento associativo popular do Porto na sua relação com a revolução do 25 de Abril e a consolidação democrática portuguesa, e, especificamente, sobre os desenvolvimentos e desafios associativos enfrentados pelas associações populares do Porto criadas nos primeiros anos após a Revolução do 25 de Abril. Este projeto engloba três estudos de caso, sendo um deles a Universidade Popular do Porto.

Fruto do trabalho a ser desenvolvido neste projeto, que acabou por ser selecionado para financiamento pela FCT, foi organizado um seminário sobre "Saberes, Educação e Democracia – Tradição e atualidade do movimento das Universidades Populares" (Anexo I). Este contou com a participação dos investigadores António Pedro Pita, Hugo Monteiro, Isabel Timóteo, Maria João Antunes e Rui Lopo, o presidente da direção da UPP e por mim própria com uma apresentação acerca do projeto de mestrado. Deste seminário importa-me salientar a intervenção de Sérgio Vinagre, presidente de direção da Universidade Popular do Porto, que teve como temática "Os 45 anos da UPP – génese e atualidade de um projeto de Abril". Considero que esta intervenção, mesmo que de modo indireto, acabou por possuir um carácter avaliativo do presente projeto, evidenciando os desafios e necessidades trabalhadas ao longo deste.

Nesta intervenção, Sérgio Vinagre realizou uma enriquecedora apresentação do projeto da Universidade Popular do Porto, abordando não só as grandes potencialidades da associação, mas também analisando e expondo os desafios que esta tem vindo a enfrentar, bem como as lacunas que esta procura ultrapassar, tanto no que à sua ação diz respeito, como também à comunidade exterior. Esta abordagem culminou num reconhecimento e discussão das dicotomias e desafios que a Universidade Popular do Porto enfrenta, ilustrando a relevância da discussão que aconteceu ao longo deste projeto. Como foram já expostas anteriormente, estas dicotomias advêm da identidade e comprometimento político, cívico e intelectual da associação. Questões relacionadas com a divulgação e a captação de um maior número de pessoas, que acaba por suscitar preocupações relacionadas com a subversão dos valores e das origens da Universidade Popular do Porto, e no compromisso que esta assume. Receios relacionados com a captação de uma população que não se coadune com os valores da UPP também estão muito presentes, no sentido de um receio de perda de identidade que se relaciona com a situação política em que vivemos.

CONCLUSÃO

A conclusão deste trabalho requer uma reflexão abrangente sobre a importância da educação de adultos e da educação popular, com destaque particular para o projeto da Universidade Popular do Porto como um espaço emblemático de resistência e promoção da cidadania ativa. Na investigação realizada, ficou evidente que as universidades populares, em concordância do pensamento de Bento de Jesus Caraça, não se limitam apenas a transmitir conhecimento, mas têm o potencial transformador de capacitar indivíduos para uma participação crítica e consciente na sociedade. A UPP emerge não apenas como um bastião da educação, mas como um movimento que ressoa com os ideais democráticos e a procura incessante por uma participação democrática e plena da cidadania.

As universidades populares constituem um farol de esperança e resiliência, afirmando-se como agentes cruciais na promoção de uma educação que não só ensina, mas que também transforma, capacitando indivíduos a serem não apenas consumidores de conhecimento, mas também criadores de uma nova realidade social. Tal como afirmava Bento de Jesus Caraça, as universidades populares deveriam contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes dos seus direitos e deveres, prontos para participar ativamente na vida social e política do país.

Neste sentido, a UPP assume um papel preponderante na formação de cidadãos militantes do projeto de democracia participativa, cientes dos seus direitos e deveres, reforçando a importância da educação como um direito fundamental. Através do debate coletivo, da troca de saberes e da promoção de uma cultura acessível a todas as camadas da sociedade, a UPP contribui para o fortalecimento da democracia num momento em que as incertezas e as instabilidades sociais e políticas são cada vez mais palpáveis. Através dos seus cursos, seminários, conferências e iniciativas, a UPP oferece um espaço de reflexão e diálogo, tal como aconteceu na tertúlia, que fez parte integrante no desenvolvimento deste projeto, onde se fomentaram discussões relevantes.

As atividades da universidade popular revelam também a luta pela preservação da memória histórica e pela valorização do património cultural do povo. Os projetos, como a exposição “45 anos, 45 painéis”, não apenas traçam um retrato da história da UPP, mas capturam a essência da luta do povo português por uma educação e participação verdadeiramente democrática. Através

da valorização das memórias e da experiência dos participantes, foram construídas narrativas que não só celebram conquistas passadas, mas proporcionam um quadro para a continuidade da luta por uma sociedade mais justa e equitativa. Esses projetos, assim como outros, são propulsores de um visionário ideal de uma educação que respeita e integra conhecimentos não formais, desafiando as narrativas tradicionais de exclusão.

Ademais, um projeto que tem como metodologia a Investigação-Ação Participativa (IAP) demonstrou ser essencial para o fortalecimento de algumas dinâmicas da Universidade Popular do Porto como um espaço vivo de aprendizagem e transformação social. Através da escuta ativa e da colaboração efetiva entre todos os intervenientes, gerou-se um ambiente onde a troca de saberes se torna um eixo central. Acredito que o meu papel como mediadora aliada de forma plena e consciente aos participantes da UPP, veio traduzir-se num impulsionar e facilitar das interações, promovendo uma aprendizagem e um conhecimento crítico que é tanto individual quanto coletivo, e que se alimenta do questionamento e da discussão, como afirmava Paulo Freire: “A existência humana é, porque se fez perguntando, à raiz da transformação do mundo. Há uma radicalidade na existência, que é a radicalidade do ato de perguntar” (Freire & Faundez, 1985, p.51).

São de destacar, também, os obstáculos que a UPP enfrenta, especialmente em tempos de desafios crescentes para a democracia e o associativismo em Portugal. O envelhecimento da sua base de participantes e a dificuldade de atrair novas gerações levantam questões cruciais sobre a sustentabilidade das iniciativas. No entanto, o desejo contínuo de abertura e adaptação às necessidades da sociedade atual revela um grande compromisso com a missão da universidade popular, reforçando a sua relevância e a necessidade de uma educação popular que ultrapasse barreiras e se renove constantemente.

É imprescindível, portanto, que a UPP, e outras instituições similares, continuem a explorar novas formas de valorizarem a participação dos seus integrantes, apostando igualmente na captação de participantes. A utilização de plataformas digitais, a realização de atividades em locais estratégicos e a promoção de parcerias com outras associações e movimentos sociais são algumas das abordagens que podem ser adotadas. A interdisciplinaridade e a colaboração interassociativa também poderão servir como mecanismos para diversificar o público, oferecendo uma educação que se adapta e responde às exigências contemporâneas.

Por último, a reflexão crítica sobre a prática associativa e as suas implicações para a educação popular é um aspeto fundamental para o futuro da UPP. Como afirmou Paulo Freire, a educação deve ser um ato de amor e de coragem, uma ferramenta de transformação social. Acredito que o constante diálogo, a atualização das práticas e a abertura a novas ideias são fatores essenciais e já naturais na caracterização da UPP, levando a que esta continue a ser um espaço de resistência e emancipação, onde cada indivíduo possa encontrar não só os seus direitos, mas também o seu lugar na construção de uma sociedade mais justa.

Conforme aponta Coelho (2008, p. 10), as associações representam um fator determinante para o desenvolvimento, “na medida em que são um pilar decisivo na construção de solidariedades e refletem uma forma de vida comunitária que promove o exercício da democracia e da cidadania”. Com a capacidade de abranger diversas tipologias e objetivos, as associações afirmam-se como catalisadores essenciais do desenvolvimento social, sustentando a sua ação baseando-se nos princípios do associativismo que manifestam a crença de que as pessoas, reunidas em torno de um ou mais objetivos, podem alcançá-los mais facilmente. Deste modo, numa época onde as lutas por igualdade, justiça e direitos humanos são cada vez mais necessárias, a UPP reafirma a sua posição como um farol de esperança e de mudança, comprometendo-se não apenas com a educação, mas com a verdadeira construção da cidadania participativa.

A verdadeira democracia pode ser entendida como a capacidade de influenciar as dinâmicas sociais, perseguindo e praticando a cidadania ativa na sua essência e profundidade. Tal como afirma Fernandes (2004, p. 35 como citado em Coelho, 2008), “a democracia é poder do povo partilhado entre o povo”; só através do exercício deste poder é que uma sociedade pode ser verdadeiramente democrática. Para Coelho (2008, p. 2), “uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que o é na sua lei e nas suas instituições, mas sobretudo na prática democrática do quotidiano dos indivíduos”. As mudanças dos tempos, as crises e o progresso social são fortemente influenciadas pelas políticas sociais e pela definição das suas prioridades.

A par disto considero extremamente relevante refletir acerca do contributo que as aprendizagens adquiridas ao longo do mestrado em Educação e Intervenção Social para a realização deste projeto. O mestrado em Educação e Intervenção Social proporcionou-me uma profunda compreensão sobre os pressupostos que sustentam a educação social, bem como o papel

fundamental que o educador social desempenha em contextos comunitários. Esta compreensão foi crucial para o desenvolvimento do projeto na Universidade Popular do Porto, que visou intensificar o alcance cultural, educativo e transformador da instituição, uma vez que “Mais do que criar condições à participação de todas as pessoas na análise e interpretação de dados, as pessoas participaram na sua execução, considerando todos os contributos como extremamente importantes e válidos no desenrolar da ação” (Monteiro et al, 2024, p.33).

Além disso, as aprendizagens adquiridas permitiram-me desenvolver um olhar crítico sobre as dinâmicas sociais e culturais que envolvem a universidade. A reflexão sobre a importância da cultura como um agente transformador foi determinante para identificar conteúdos e atividades que pudessem realmente fazer a diferença na vida das pessoas. O projeto não se limitou a transmitir conhecimentos, mas também pretendeu fomentar a consciência crítica, estimulando os participantes a questionarem a sua realidade e a se tornarem agentes de mudança, uma vez que “o conhecimento deve ser devolvido ao sujeito e ao coletivo como recurso a ser refletido e mobilizado por todos, num exercício que envolve o princípio da democracia participativa” (Monteiro et al, 2024, p.135).

Para o desenvolvimento deste projeto em concreto, o entendimento desenvolvido acerca do papel do educador social, como mediador e facilitador, foi particularmente significativo para a dinamização de atividades que incentivavam a discussão, o diálogo e participação dos membros da associação, visto que:

Se a prática investigativa e educativa que advogamos resulta do princípio de que somos seres que, em conjunto com outros seres concretos e situados, fazem e refazem o mundo, enquanto somos feitos por ele, e se queremos sociedades mais justas e humanas, então, devemos criar condições para que os sujeitos sejam construtores do seu processo de perfeição e agentes de transcendência do estado das coisas (Mendes, 2022) e isso só ocorre pela via da comunicação (Monteiro et al, 2024, p.138).

Assim, encerro este trabalho com um apelo à continuidade da luta pela democratização do saber, pela participação ativa de todos nas decisões que moldam a sociedade e pela integração de todas as vozes na construção de um futuro que aspire à justiça social e à igualdade. A esperança reside

na capacidade de transformação através da educação, permitindo não apenas a emancipação individual, mas também a transformação coletiva, para isto devemos esperar, mas na ótica de Paulo Freire que nos diz que para tal é necessário diálogo, ação e construção:

É preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo. (Freire, 1992, p.110-111)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em Educação* (2ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0879-2>
- Amorim, J., Antunes, M. J., & Cerqueira, V. (2023). "A imaginação ao poder": tentativas de transformação da sociedade e de democratização das universidades portuguesa e brasileira, na segunda metade do século XX. *Cadernos de pesquisa*, 30(4). <https://doi.org/10.18764/2178-2229v30n4.2023.62>
- Antunes, M. (2016). *Memórias de trabalhadores e trabalhadoras do Porto no século XX: um projeto educativo em torno de histórias de vida resistentes antifascistas e construtores da democracia*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação] Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/85773>
- Antunes, M. J. (2019). Memórias do trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX. O Centro de Documentação e Informação (CDI) da Universidade Popular do Porto. In M. Rollo, F. Silva, I. Castaño, M. Queiroz, & L. Seixas, *Atas do Encontro Memória para Todos 2019*, (pp.13-15). <https://doi.org/10.34619/ve7b-nzzn>
- Ávila, P., & Aníbal, A. (2019). Adultos e aprendizagem em Portugal. Uma década de avanços e retrocessos no combate às desigualdades sociais educativas da população adulta. In L. Rothes (Org.), *A participação educativa dos adultos: realidades e desafios*, 13-36, Mais leituras.
- Bourdieu, P. (2007). *A Distinção: Crítica social do julgamento*. Edusp.
- Boutinet, J. (1990). *Antropologia do projecto*. Instituto Piaget.
- Brandão, C., & Assumpção, R. (2009). *Cultura rebelde – escritos sobre a educação popular ontem e agora*. Instituto Paulo Freire. <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/82>

Canário, R. (2008). Movimentos sociais e educação popular. Lutas nas empresas, em Portugal, após o 25 de abril. *Perspectiva*, 26(1), 19-39. <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2008v26n1p19>

Caraça, B. J. (1978). *Conferências e outros escritos. s.n.*

Carvalho, A. (2015). *Associativismo e participação – o caso da Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira*. [Dissertação de Mestrado – Instituto Politécnico de Coimbra]. Repositório comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/13378>

CDI. (2024). Centro de documentação movimento operário e popular do porto: <https://cdi.upp.pt/cgi-bin/apresentaGeral.py>

Cembranos, F., Montesinos, D. H., & Bustelo, M. (2001). *La Animación Sociocultural: una propuesta metodológica* (8ª ed.). Editorial Popular.

Coelho, S. (2008). Participação social e associativismo em Portugal : breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo. *IS Working Papers*, (29), 1-18. <https://hdl.handle.net/10216/54835>

Comunidade de aprendizagem. (s.d). *Tertúlia dialógica*.

Crossley, N. (2003). From reproduction to transformation: Social movement fields and the radical habitus. *Theory, culture & society*, 20(6), 43-68. <https://doi.org/10.1177/0263276403206003>

Delgado, P., Barros, S., Serrão, C., Veiga, S., Martins, T., Guedes, A., Diogo, F. & Araújo, M. (2014). *Pedagogia / educação Social: teorias & práticas: espaços de investigação, formação e ação*. Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/76425>

Estatutos UPP. (2024). Obtido de Universidade Popular do Porto: <https://www.upp.pt/drupal/node/23>

- Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios* (5ª ed.). Cortez Editora.
- Freire, P. (2004). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P., & Faundez, A. (1985). *Por uma pedagogia da pergunta*. Paz e Terra.
- Guedes, C., & Loureiro, A. (2016). Educação de adultos: de onde viemos e para onde vamos?. *Laplage em revista*, 2(1), 7-21. *Laplage em revista*, 2(1), 7-21. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6193577>
- Guerra, I. (2007). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção. O planeamento em ciências sociais*. Principia Editora.
- Junior, E., Oliveira, G., Santos, A., & Schnekenberg, G. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, 20(44), 36-51. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes na terra: desenvolvimento local, investigação participativa, animação comunitária*. [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto] Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/53042>
- Medalhas 2019 Câmara Municipal do Porto*. (2019). Obtido de Porto. <https://www.cm-porto.pt/medalhas-da-cidade/medalhas-municipais>
- Medina, M. T. (2008). *Experiências e memórias de trabalhadores do Porto: a dimensão educativa dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais*. [Dissertação de Doutoramento,

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade do Porto] Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/24348>

Mendonça, H. (2008). O Poder discreto da mediação. *Notícias Magazine*.

Monteiro, A. (2004). Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL's) em Portugal. *Revista crítica de ciências sociais*(69), 139-157. <https://doi.org/10.4000/rccs.1346>

Monteiro, H., Timóteo, I., & Bravo, A. (2024). *Contra-Manual de Investigação-Ação Participativa*. ALPHABOOK.

Moreira, J. M. (2020). Percursos e Tendências da Educação de Adultos em Portugal (1820-1995): um Olhar Transversal. [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto] Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/134108>

Nunes, N. (2013). Desigualdades sociais e acção colectiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 25, 33-53. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1364>

Nunes, N., Cachado, R., Raposo, O., & Ferreira, D. (2016). Ação coletiva à escala individual e local: perfis e retratos sociológicos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 95-113. <https://journals.openedition.org/spp/2357>

Oliveira, H. (2020). *Avaliações externas da aprendizagem: Perspectivas de especialistas, decisores políticos e docentes brasileiros*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa] Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/48509>

Osorio, A. (2006). As universidades populares. Contextos e desenvolvimento de programas de formação de pessoas adultas. *Revista Lusófona de Educação*, 8(8), 133-153. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/696>

- Pacheco, N., Terrasêca, M., Medina, T., & Nogueira, C. (2004). A avaliação da Universidade Popular do Porto: pistas para a biografia institucional de um associativismo militante. *Educação, Sociedade & Culturas*, 22, 41-62. <https://hdl.handle.net/10216/14453>
- Pereira, J., Samara, M., & Godinho, P. (2016). *Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no movimento associativo contemporâneo*. IHC-FCSH/NOVA.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da 1.ª República Portuguesa*. Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2011). As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX. O exemplo da Academia de Estudos Livres. In J. Pintassilgo, & M. Carvalho, *Modelos Culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais. Portugal e Brasil, histórias conectadas* (pp. 215-243). Universidade de São Paulo. <http://hdl.handle.net/10451/8354>
- Pita, A. P. (1989). O Poder de Saber-Competências e Cultura nas Universidades Republicanas de Educação Popular. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (27/28), 249-274. <https://hdl.handle.net/10316/11707>
- Poeschl, G., Laúndes, A., Alves, A., Silva, H., & Costa, M. (2020). *Olhares cruzados Sobre o envelhecimento ativo*. Universidade Popular do Porto.
- Rothés, L., Queirós, J., & Mendes, I. (2019). Realidades e desafios da participação educativa dos adultos: resultados de uma investigação no Norte de Portugal. In L. Rothés, *A participação educativa do adultos: realidades e desafios* (pp. 79-113). Mais Leituras.
- Santos Silva, A. (1990). *Educação de Adultos: Educação para o Desenvolvimento*. Edições ASA.
- Santos Silva, A. (1999). *Parte DeVida*. Edições Afrontamento.
- Santos, G. (2011). *O associativismo urbano: O caso da cidade de Coimbra*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/19937>

- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais, casos práticos*. Porto Editora.
- Stake, R. (2011). Responsive evaluation. *Journal of MultiDisciplinary Evaluation*, 7(15), 180–201.
<https://doi.org/10.56645/jmde.v7i15.303>
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos. *Revista do Centro de Invetigação e Inovação em Educação*, 2(1), 11–26.
<http://hdl.handle.net/10400.22/6296>
- UPP. (2024). Universidade Popular do Porto: <http://upp.pt/drupal/>
- Veiga, S., & Correia, F. (2009). O perfil do Educador Social. *Espaço S*, 3, 55–64.
<http://hdl.handle.net/10400.22/12757>
- Viegas, J. M. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33–50.
<http://hdl.handle.net/10071/284>
- Viegas, J., & Santos, S. (2010). Envolvimento associativo e mobilização cívica. O caso português em perspectiva comparativa e evolutiva. Em J. Viegas, S. Santos, & S. Faria, *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*. Editora Mundo Sociais.
- Vilaça, H. (1991). Associativismo urbano e participação na cidade. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1, 175–185.
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2626>
- Zitkoski, J. (2006). *Paulo Freire & a Educação*. Autêntica.

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

P.PORTO

Declaração de consentimento informado

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação. O envolvimento de todos os participantes neste projeto é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

A mestranda Cátia Rocha elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas. Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da instituição. Este documento, que tem o nome da instituição e do/participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de cinco anos.




Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmando que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestranda. Confirmando, ainda, que, atempadamente, fui informado oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção.

(Local, Data)

(Assinatura)

ANEXO B – CDI

 	centro de documentação movimento operário e popular do Porto	
<input type="text"/>		<input type="button" value="Pesquisar CDI"/> <input type="button" value="Ir para"/>
Arquivos Sindicais Memórias do Trabalho Início		
<ul style="list-style-type: none">• Arquivos dos Sindicatos• Memórias do Trabalho	<h3>Centro de Documentação e Informação</h3> <p>O Centro de Documentação e Informação (CDI) da Universidade Popular do Porto - UPP sobre o Movimento Operário e Popular do Porto foi criado com o apoio da Porto 2001 S.A., integrando a programação do Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura.</p> <p>Resultante do desenvolvimento de dois projectos de pesquisa "Memórias do trabalho - testemunhos do Porto laboral no século XX" e "Para preservar e divulgar a memória do Porto - os Arquivos das Organizações de Trabalhadores", tem por objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none">• contribuir para a preservação da memória e da história oral e social do Porto, valorizando o seu património social e as suas identidades;• coligir, tratar e difundir informação sobre o movimento popular e de trabalhadores do Porto e apoiar e estimular o estudo sobre ele;• identificar e conhecer o património arquivístico de sindicatos e outras organizações de trabalhadores do Porto, através do levantamento, diagnóstico e inventário dos seus arquivos, incluindo o levantamento da informação sobre núcleos documentais custodiados por outras instituições públicas ou privadas;• organizar e preservar o espólio identificado e prestar apoio técnico nas áreas de tratamento/organização e preservação do património arquivístico e da memória histórica das organizações populares e de trabalhadores;• recolher, em suporte áudio e vídeo, testemunhos e histórias de vida de pessoas que protagonizaram e/ou vivenciaram acontecimentos sociais representativos da vida social e laboral da cidade ao longo do século XX;• disponibilizar informação relevante sobre condições de trabalho, lutas sociais, associações de trabalhadores e organizações populares, vivências das ilhas e dos bairros sociais, práticas culturais mais relevantes da "cidade do trabalho" a partir de depoimentos dos entrevistados;• disponibilizar uma cronologia de acontecimentos sócio-históricos e laborais marcantes na cidade do Porto no séc. XX. <p>O Centro de Documentação e Informação, que pretende ser um sítio dinâmico e em actualização permanente, aberto a várias parcerias, propicia desde já o acesso à informação recolhida no âmbito de cada um dos projectos citados.</p> <p>Para a realização deste sítio foram desenvolvidas diversas aplicações informáticas baseadas em tecnologias de software livre. O seu desenho e implementação foram da responsabilidade de Luís Pessoa, aluno finalista do curso de Ciência de Computadores da FCUP.</p>	

Fonte: <https://cdi.upp.pt/cgi-bin/apresentaGeral.py>

ANEXO C – CONFERÊNCIA “A MÚSICA E A REVOLUÇÃO DE ABRIL”

**A MÚSICA
E A
REVOLUÇÃO
DE ABRIL**

CONFERÊNCIA UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO

WWW.UPP.PT

**CONTRIBUTOS DA MÚSICA
PARA A REVOLUÇÃO E DA
REVOLUÇÃO PARA A MÚSICA.
PRESENÇA DOS VALORES E DAS
CONQUISTAS DE ABRIL NA
ATUAL CRIAÇÃO MUSICAL.**

MANUEL PIRES DA ROCHA

PROFESSOR DE VIOLINO. INTEGROU
COMISSÕES PARA A REFORMA DO ENSINO
ARTÍSTICO ESPECIALIZADO. FOI DIRETOR DO
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE COIMBRA E
DE LOULÉ. É MÚSICO DA BRIGADA VICTOR
JARA. PARTICIPOU, ENQUANTO MÚSICO, NUM
VASTO NÚMERO DE ESPETÁCULOS E
REGISTOS FONOGRÁFICOS. FOI AUTOR DO
DOCUMENTÁRIO SERIADO «POVO QUE CANTA
– PASSO SEGUNDO», PARA A RTP.

COMEMORAÇÕES DE
ABRIL

18
QUINTA-FEIRA
JAN

UPP
18 HORAS

UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO
RUA DA BOAVISTA 736
4050-105 PORTO

Fonte: Arquivos Universidade Popular do Porto

ANEXO D – GUIÃO DE ENTREVISTA

Guião de entrevista

- I. Apresentação e caracterização sociodemográfica
 1. Naturalidade
 2. Local de residência
 3. Grau de escolaridade

- II. História de vida do entrevistado
 1. Trajetória escolar (Relação com a escola e a academia)
 2. Trajetória profissional
 3. Percurso de vida (Como se caracteriza e o que o caracteriza)
 4. Experiências ou relações associativas para além da UPP

- III. O indivíduo e a UPP
 1. Relação com a UPP, como está se iniciou e desenvolveu (Como e quando conheceu a associação; cursos que frequenta(ou)/lecciona(ou); projetos em que está e esteve envolvido; atividades que usualmente frequenta e frequentou)
 2. Motivação para frequentar a UPP
 3. Impacto da UPP na vida do entrevistado
 4. Relação com os membros integrantes da UPP (alunos, professores, dirigentes)
 5. Como percebe ou caracteriza as pessoas que frequentam a UPP

- IV. Perspetiva sobre a UPP
 1. Importância da UPP – a nível local, comunitário, pessoal
 2. Potencialidades e fragilidades/desafios da associação
 3. Perspetivas de futuro relativas ao funcionamento da UPP (o que visiona e deseja que seja feito/desenvolvido na UPP; o que considera relevante que esta faça)

ANEXO E – SEMINÁRIO “O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E O 25 DE ABRIL”

**O MOVIMENTO
DOS
TRABALHADORES
E O 25 DE ABRIL**

SEMINÁRIO UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO

UPP

1º PAINEL
**CONTRIBUTO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES
PARA A REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL**

VITOR RANITA
EX DIRIGENTE DO SINDICATO
DOS METALÚRGICOS DO PORTO,
DA UNIÃO DOS SINDICATOS
DO PORTO E DA CGTP

PALMIRA PEIXOTO
EX DIRIGENTE DO SINDICATO
DOS TEXTEIS, DA UNIÃO DOS
SINDICATOS DO PORTO E DA CGTP

2º PAINEL
**O 25 DE ABRIL E AS LUTAS
DOS TRABALHADORES NA ATUALIDADE**

TIAGO OLIVEIRA
DIRIGENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES
DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS, ENERGIA
E ACTIVIDADES DO AMBIENTE NORTE (SITE NORTE);
DIRIGENTE DA UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO;
MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO
CONSELHO NACIONAL DA CGTP, 2016-2024.

DIOGO SILVA
DIRIGENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM ARQUITETURA, 2022-2023

UPP
15 HORAS
UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO
RUA DA BOA VISTA 736
4050-105 PORTO

www.upp.pt

**4 SÁBADO
NOV**

Fonte: Arquivos Universidade Popular do Porto

ANEXO F – CURSO SOBRE A CRISE ALIMENTAR



Curso Breve Pós-Laboral

Presencial e por vídeo conferência

Para compreender o agravamento da crise alimentar e da questão agrária contemporânea

Segundas-Feiras das 18h às 20h
Com início dia 23 de outubro de 2023
(6 sessões)



Curso orientado pela
Professora Diana Garcia

Economista, doutorada em Geografia, especialista em Sistemas alimentares.



O objetivo deste curso é promover uma compreensão aprofundada da questão agrária e alimentar na era contemporânea, por meio da apresentação de elementos sobre antecedentes da relação entre alimentos e poder, ao longo da história, até à caracterização do atual sistema agro-alimentar dominante e das principais crises alimentares do século XXI. Especial enfoque será dado aos continentes europeu e americano, explorando as transformações ocorridas nesses contextos.

As sessões combinarão momentos expositivos e de discussão dos temas abordados e de outros casos e experiências propostos pelos participantes que contribuam para aquisição de conhecimentos que permitam realizar uma análise crítica das dinâmicas atuais no campo agrário e alimentar. Nomeadamente compreender os mecanismos da inflação dos produtos alimentares, os impactos das alterações climáticas e do regime alimentar corporativo dominante, bem como a necessidade e possibilidade de construir caminhos alternativos.

Inscrições junto da Secretaria da UPP.

UPP - UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO

Rua da Boavista, 736 ■ 4050-105 PORTO

T: 226098641 ■ 963874167

secretaria@upp.pt ■ www.upp.pt

www.facebook.com/UniversidadePopulardoPorto

Fonte: Arquivos Universidade Popular do Porto

ANEXO G – REGISTO FOTOGRÁFICO “ECOS DA PALAVRA”



Descrição: Registo fotográfico da atividade “Ecos da Palavra” desenvolvida pela UPP e por uma associação de alfabetização de adultos. Momento em que o professor explicou que as letras são símbolos e desenhos.

ANEXO H – DIVULGAÇÃO E REGISTOS FOTOGRÁFICOS “45 ANOS, 45 PAINÉIS”



**29 de junho
sábado**

15 horas
**Abertura
da exposição:
45 anos
45 painéis**

16 horas
**Conferência:
contributos para
conhecer a história
da UPP**

Mostra de elementos
gráficos sobre atividades da
Universidade Popular do Porto

Com
António Laúndes
Sociólogo, professor da UPP, participante
em diversos grupos de estudo-
investigação, antigo dirigente da UPP

Sérgio Vinagre
Médico, Presidente da Direção da UPP

Vitor Ranita
Metalúrgico, ex-dirigente sindical dos
metalúrgicos, da União dos Sindicatos do
Porto e da CGTP, sócio fundador da UPP,
ex- Presidente da Mesa da Assembleia
Geral da UPP.

Participação livre.
Para participação por
videoconferência deve ser enviado
nome e email para secretaria@upp.pt

Universidade Popular do Porto • Rua da Boavista, 736, 4050-105 Porto
T: 226098641 • M: 963874167 • secretaria@upp.pt • www.upp.pt
www.facebook.com/UniversidadePopularDoPorto

Fonte: Arquivos Universidade Popular do Porto



Visita guiada à Exposição

"45 anos – 45 painéis"

17 de outubro, quinta-feira, das 16h às 18h

Orientada por Sérgio Vinagre

Contributo para o conhecimento da história do projeto de intervenção cultural da UPP. A partir dos painéis selecionados, refletir sobre o significado das atividades realizadas no respetivo contexto sociocultural.

Participação sujeita a inscrição prévia

Inscrições limitadas

INFORMAÇÕES e INSCRIÇÕES

UPP - UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO
Rua da Boavista, 736 ■ 4050-105 PORTO
T: 226098641 ■ 963874167
upp.secretaria@upp.pt ■ www.upp.pt
Metro: Carolina Michaelis

Fonte: Arquivos Universidade Popular do Porto



Fonte: Registo fotográfico da exposição

Descrição: Cartaz de apresentação da exposição



Fonte: Registos fotográfico da exposição



Fonte: Registos fotográfico da exposição

ANEXO I – SEMINÁRIO “SABERES, EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA”

Saberes, Educação e Democracia – Tradição e atualidade do movimento das Universidades Populares

António Pedro Pita
Cátia Rocha
Celeste Natário
Hugo Monteiro
Isabel Timóteo
Maria João Antunes
Sérgio Vinagre
Rui Lopo

Organização
IF/FC: Instituto de Filosofia da Universidade do Porto - UIDB/00502/2020 – FIL/00502
(RG Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal / RG Reason, Politic and Society) |

Escola Superior de Educação do Porto – Projeto AprilGrasroots - Construir a Democracia Participativa - Associações populares de Abril no Porto. Cód. 2023.10921.25ABR
DOI 10.54499/2023.10921.25ABR

29 de novembro de 2024
Universidade Popular do Porto | Sala de Reuniões II - FLUP

INSTITUTO DE FILOSOFIA
Universidade Popular do Porto
U. PORTO
P. PORTO
fct

©Anselm Kiefer

Fonte: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em:
https://sigarra.up.pt/flup/en/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=184186

ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

P.PORTO

M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos

**Universidade popular do Porto: Entre lutas
e resistências pela democracia**
Cátia Sofia Ferreira Rocha

